

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR
CAMPUS PATO BRANCO
CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALICE TEREZINHA RATKO

**CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE RURAL PARA
PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE PEQUENO PORTE**

**PATO BRANCO - PR
2008**

ALICE TEREZINHA RATKO

**CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE RURAL PARA
PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE PEQUENO PORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. M. Sc. Antonio Cecílio Silvério

**PATO BRANCO - PR
2008**

ALICE TEREZINHA RATKO

CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE RURAL PARA PROPRIEDADE AGRÍCOLA
DE PEQUENO PORTE

Monografia julgada e aprovada para a
concessão do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Departamento de Ciências e
Engenharia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Unidade do Sudoeste,
Campus Pato Branco.

Pato Branco, 03 de outubro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M. Sc. Antônio Cecílio Silvério
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis
UTFPR – Campus Pato Branco
Orientador

Prof. M. Sc. Eliandro Schvirck
UTFPR – Campus Pato Branco
Membro da Banca

Prof. M. Sc. Oldair Roberto Giasson
UTFPR – Campus Pato Branco
Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

Sou grata a DEUS, pela capacidade cognitiva e pelo espírito de gratidão com que ele me dotou.

A Instituição UTFPR, pela acolhida e pela capacitação profissional.

Ao meu orientador Antônio Cecílio Silvério, pelo seu tempo dedicado a mim e suas contribuições para o enriquecimento deste trabalho.

A todos os meus professores, desde a minha primeira professora, que foi minha mãe, até aos mestres e doutores que compõem o quadro docente desta Universidade de Ensino Superior, por terem aguçado em mim a busca pelo conhecimento.

A meu pai, Tadeu à minha mãe Tereza, pelo dom da vida e pelo instinto de luta que transmitiram a mim.

Ao meu amado Arnildo, pelo incondicional apoio e compreensão nesses cinco anos de graduação.

À minha querida irmã, Romilda e seu esposo Orlando. Estes sempre se fizeram presentes na minha vida, nos momentos mais importantes, e prontamente aceitaram o desafio na realização deste trabalho em sua propriedade, dedicando-me muita atenção.

Ao meu sobrinho, Lucas que em nome deste estendo aos demais queridos sobrinhos, inclusive ao Luciano que deixou-nos tanta saudade.

A toda a minha família, pelo amor fraterno e por sempre poder contar com a ajuda de meus irmãos, de maneira carinhosa e abençoada que é própria de uma família unida.

Aos colegas de turma, de trabalho e meus amigos, que, na forma peculiar de cada um deles, auxiliaram a moldar a pessoa que hoje eu sou.

*Conhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres
cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso.
Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas
chances de perder e ganhar serão idênticas.
Se ignoras ao mesmo tempo teu inimigo e a ti mesmo, só
contarás teus combates por tuas derrotas.*

(Sun Tzu – A Arte da Guerra)

RESUMO

O escopo deste Estudo de Caso foi buscar, na Contabilidade Rural, aportes para administração de uma propriedade agrícola de pequeno porte, situada no interior do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná. Para que esse objetivo fosse alcançado, procurou-se saber quais as ferramentas capazes de gerar as informações gerenciais, e de produzir conhecimento contábil necessário sobre a propriedade, demonstrando seus pontos fracos e fortes. Partindo deste ambiente, fez-se oportuno implantar a Contabilidade Rural. Implantada, a contabilização abrangeu todas as transações econômicas e financeiras da propriedade e, deste modo, viabilizou informações patrimoniais e de resultados da safra de soja 2007/2008. Esta prática gerou as demonstrações contábeis essenciais para análises gerenciais. Em posse destas demonstrações contábeis, procurou-se avaliar a situação econômico-financeira e patrimonial da propriedade e, com isso, contribuir com seu processo administrativo. A partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício foi possível apurar os indicadores de Liquidez, Rentabilidade e Estrutura de Capitais; e seus indicadores econômico-financeiros foram comparados com índices-padrão do Setor Agropecuário, e também com índices da safra estimada, com base na produção dos últimos anos. E ainda, foi elaborado a Demonstração de Fluxo de Caixa, cujo benefício excede para fins externos. Concluindo as análises contábeis foram apuradas Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio e Margem de Segurança da produção agrícola.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Agricultura de Pequeno Porte. Análises das Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

The purpose of this Study of Case was to search in the, Agricultural Accounting, arrives in port for administration of an agricultural property, situated in the interior of the City of Chopinzinho, State of the Paraná. To reach this objective, the tools capable to generate the managerial information, and to produce necessary countable knowledge on the property, demonstrating its weak and strong points, was searched. Going through this point, became opportune to implant the Agricultural Accounting Implanted, the accounting enclosed all the economic transactions and financial of the property and, in this manner, made possible patrimonial information and results of the harvest of soy 2007/2008. This practical resulted in essential countable demonstrations for managerial analyses. Through these countable demonstrations, was possible to evaluate the situation economic-financier of the property and, with this, to contribute with its administrative proceeding. From the Balance Sheet and the Balance Diagrams was possible to select the pointers of Liquidity, Yield and Structure of Capitals; its Economic-financial pointers had been compared with indices of an esteem harvest, on the basis of the production of the last years, and also with index-standard of the Farming Sector. Was elaborated yet the Demonstration of Cash Flow, whose benefit exceeds for external analyses. Concluding then, the countable analyses had been refined Contribution Margin, Break-even point and Safety Margin of the agricultural production.

Key-words: Agricultural Accounting. Agricultural Property. Accounting Demonstrations Analyses.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA.....	45
GRÁFICO 2 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE LIQUIDEZ.....	55
GRÁFICO 3 – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO.....	57
GRÁFICO 4 – INDICADORES DE RENTABILIDADE.....	60

LISTA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO 1 – BALANCETE DE VERIFICAÇÃO.....	49
DEMONSTRAÇÃO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL.....	50
DEMONSTRAÇÃO 3 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	51
DEMONSTRAÇÃO 4 – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA.....	62
DEMONSTRAÇÃO 5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	39
TABELA 2 – OUTRAS ANÁLISES DE CUSTOS.....	41
TABELA 3 – CONSUMO DIRETO DA LAVOURA DE SOJA 2007/2008: SAFRA REALIZADA E ESTIMADA.....	48
TABELA 4 – DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ.....	53
TABELA 5 – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO.....	55
TABELA 6 – INDICADORES DE RENTABILIDADE.....	57
TABELA 7 – RETORNO SOBRE O ATIVO.....	58
TABELA 8 – RETORNO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	59
TABELA 9 – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	TEMA.....	13
1.1.1	Delimitação do Tema.....	14
1.2	PROBLEMA.....	14
1.3	OBJETIVOS.....	15
1.3.1	Objetivo Geral.....	15
1.3.2	Objetivos específicos.....	15
1.4	JUSTIFICATIVA.....	15
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA.....	19
2.2	A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE.....	20
2.2.1	Aplicações da Contabilidade.....	21
2.3	CONTABILIDADE RURAL E SUA FINALIDADE.....	21
2.4	PERSPECTIVAS DA CONTABILIDADE RURAL.....	23
2.5	FORMAS LEGAIS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	24
2.5.1	A Obrigatoriedade da Escrituração Contábil Rural.....	24
2.5.2	Sistemas de Escrituração.....	25
2.6	TÓPICOS PRÁTICOS DA CONTABILIDADE RURAL.....	26
2.6.1	Custos e despesas com cultura Agrícola	26
2.6.1.1	Classificação dos Custos: Diretos e Indiretos.....	27
2.6.1.2	Comportamento dos Custos: Fixos ou Variáveis.....	27
2.6.1.3	Comportamento das Despesas: Fixas ou Variáveis.....	28
2.6.1.4	Classificação e Método adotado para Depreciação dos Maquinários.....	28
2.7	MÉTODOS DE CUSTEAMENTOS.....	30
2.7.1	Custeio Direto ou Variável.....	30
2.7.2	Custeio por Absorção.....	31
2.7.3	Custeio Baseado em Atividade.....	31
2.8	TIPOS DE CULTURAS NO QUE TANGE A CONTABILIDADE RURAL.....	32
2.8.1	Contabilização da Colheita Temporária.....	33
2.8.2	Encerramento do Ano Social Ajustado ao Término do Ano Agrícola.....	33
2.8.3	Conceito de Balanço Patrimonial (BP).....	34
2.8.4	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	35
2.8.5	Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	35
2.9	ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	37
2.9.1	Análises dos Indicadores Econômico-Financeiros.....	37
2.9.1.1	Indicadores Econômico-Financeiros.....	38
2.9.1.2	Índices de Liquidez ou Solvência.....	39
2.9.1.3	Índices de Endividamento ou Estrutura de Capitais.....	40
2.9.1.4	Índices de Rentabilidade.....	41
2.9.2	Outras Análises de Custos.....	41
2.9.2.1	Margem de Contribuição (MC).....	41
2.9.2.2	Ponto de Equilíbrio (PE).....	42
2.9.2.3	Margem de Segurança (MS).....	43

3	ESTUDO DE CASO: ANÁLISES CONTÁBEIS DA PROPRIEDADE LEME DE SOUZA.....	44
3.1	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE LEMES DE SOUZA.....	44
3.1.1	Dados da Formação da Safra de Soja 2007/2008.....	45
3.1.2	Adoção do Método de Custeio.....	46
3.2	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	47
3.2.1	Apresentação do Balancete Contábil – Grupo Estoques.....	49
3.2.2	Apresentação da Demonstração de Resultado do Exercício.....	50
3.3	ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA LEMES DE SOUZA.....	52
3.3.1	Situação Financeira: Indicadores de Liquidez.....	52
3.3.1.1	Liquidez Corrente.....	53
3.3.1.2	Liquidez Seca.....	53
3.3.1.3	Liquidez Geral.....	54
3.3.2	Situação de Estrutura: Indicadores de Endividamento.....	55
3.3.2.1	Composição do Endividamento.....	55
3.3.2.2	Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios.....	56
3.3.3	Situação Econômica: Indicadores de Rentabilidade.....	57
3.3.3.1	Rentabilidade do Ativo ou Taxa de Retorno Sobre Investimentos (TRI).....	58
3.3.3.2	Rentabilidade do Patrimônio Líquido ou Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL).....	59
3.3.3.3	Rentabilidade da Venda/Produção.....	60
3.4	ANÁLISE DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA.....	61
3.5	APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC).....	63
3.5.1	Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	65
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
4.1	Limites e Soluções Encontrados no Presente Estudo.....	68
4.1.1	Limitações do Trabalho.....	68
4.1.2	Soluções Apresentadas.....	68
4.2	SUGESTÕES PARA AÇÕES FUTURAS.....	69
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A implantação da Contabilidade Rural numa propriedade agrícola de pequeno porte gera contribuições para o processo gerencial e administrativo? Para aclarar este questionamento, buscou-se saber como a contabilidade gerencial implantada em uma propriedade agrícola de pequeno porte é capaz de disponibilizar informações confiáveis e essenciais para tomada de decisões, bem como gerir todo seu patrimônio social.

A propriedade Lemes de Souza, situada no município de Chopinzinho, estado do Paraná, possui uma área fundiária de 27 alqueires de terra, e dentre estes, 19 são designados à cultura temporária, e o restante da área são reservas nativas e instalações de moradia do produtor rural. Levantou-se o inventário dos bens e direitos, assim como dos compromissos e deveres da propriedade, através de entrevistas com o proprietário, as quais ocorreram entre os meses de março e abril do ano de 2008. Foi possível apurar o custo da atividade principal da propriedade, cultivo de soja, safra 2007/2008, bem como a receita obtida através da produção desta safra e demais custos e receitas da propriedade como um todo.

A partir do inventário, com o apoio de um *software* específico, foi implantada a contabilidade. Houve a escrituração de toda a movimentação contábil que ocorrera entre o período de outubro do ano de 2007 e abril de 2008. Para gerar as demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) buscou-se respaldo nos fundamentos da Contabilidade Rural. O amparo em literaturas contábeis, à orientação docente e os conhecimentos técnicos adquiridos nos cinco anos de Graduação Superior, tornaram este estudo possível. E, através desta ação, foram estabelecidas as análises e parâmetros de comparabilidade com o desempenho do Setor Agropecuário sobre três aspectos fundamentais: Financeiro, Estrutura de Capital e Rentabilidade da propriedade; e ainda foi feito um comparativo sobre o resultado da produção que se estimava colher, baseando-se nas safras anteriores, levantando custos e receitas, simulando, assim as análises de rentabilidade. E outros indicadores foram analisados individualmente, ou seja, sem a comparação com outros parâmetros, tais como: Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio e Margem de Segurança.

Deste modo, foi possível perceber a importância da contabilidade no desempenho da sua função, gerando informações que permitem o planejamento e controle patrimonial, receitas, custos e gastos, produzindo assim, consistência na ação decisória e administrativa. Ao produtor rural foi propiciado o conhecimento mais especificado sobre seu patrimônio, bem como da a lucratividade e, sobretudo, apresentando-lhe mecanismos de acompanhamento naquilo que tange processos administrativos com atribuições financeiras e econômicas.

Todo o estudo foi pautado apenas sobre o cultivo da soja, por ser a produção com maior representatividade econômica da propriedade, também devido à época que foi oportuna à coleta dos dados de custos e receitas, e em função do tempo hábil para a realização deste estudo, uma vez que a intenção é dar ênfase e aprofundamento nas análises das demonstrações contábeis.

A estrutura deste trabalho está dividida em quatro capítulos: o primeiro refere-se à abordagem introdutória, o segundo consiste no Referencial Teórico sobre os principais tópicos da Contabilidade Rural, o terceiro reporta-se ao Estudo de Caso na Propriedade Lemes de Souza, com suas análises e comentários, e por fim, as considerações finais que apresentam as contribuições da Contabilidade Rural e sugestões de ações futuras voltadas para administração de propriedades agrícolas de pequeno porte.

1.1 TEMA

A atividade agrícola necessita de mecanismos gerenciais, que lhe dêem aporte no controle de suas atividades, pois a agricultura, bem como qualquer outro setor, precisa acompanhar o seu desempenho para se manter competitivo e com sustentabilidade. As dificuldades que o produtor rural tem face as suas decisões são muitas, e torna-se muito mais difícil tomar decisões acertadas, se ele estiver desprovido de qualquer tipo de informação contábil. Desta forma, a contabilidade desenvolvida e aplicada no gerenciamento da propriedade rural torna-se uma ferramenta indispensável, uma vez que ela é capaz de monitorar os custos, despesas e receitas entre outros dados relevantes. Partindo desta conjuntura, coube a proposta para o desenvolvimento deste trabalho, o qual teve o cunho de criar mecanismos de monitoramento da atividade agrícola.

1.1.1 Delimitação do Tema

Em posse das demonstrações contábeis, apurar os indicadores econômico-financeiros da propriedade, e analisa-los é a determinação deste estudo. Em seguida, fazer comparações com índices-padrão do Setor Agropecuário e apurar o resultado da safra estimada, baseado na produção de anos anteriores, analisando os indicadores de rentabilidade. Mensurando, desta forma, o desempenho econômico-financeiro através destes indicadores encontrados. E ainda, apurar análises de custos e demonstrar o fluxo financeiro do período referido.

1.2 PROBLEMA

Num ambiente mercadológico com tantas instabilidades econômicas, os segmentos comerciais encontram perplexidade ao praticar suas atividades. No setor agrícola, isso não é diferente. É um segmento que tem suas características peculiares, políticas econômicas e governamentais que conduzem este setor com vista ao interesse nacional, cuja política de estocagem, por exemplo, causa sensíveis flutuações nos preços do produto agrícola, sem deixar de ressaltar a insegurança que existe em relação aos custos dos insumos, os quais ficam aquém do domínio do mercado interno brasileiro, devido à dependência de tecnologia externa para produção desses insumos agrícolas. O produtor rural encontra grande incerteza na hora de cultivar sua terra, devido à dependência climática, cujo risco é uma constante na prática agrícola. Com o esforço de uma safra, sempre se espera cobrir os custos e ainda obter lucro, porém os custos variáveis são os que montam o maior consumo de recursos. Não se pretende, neste momento, esgotar os fatores de riscos do setor, mas sim apontar que fatos como tais oferecem ao setor agrícola grande incertezas e inquietações, na hora de decidir e conduzir seu negócio dentro de um limite aceitável de segurança rentável.

Perante esta atmosfera de insegurança, questiona-se: Quais são as contribuições da Contabilidade Rural para a administração da propriedade agrícola de pequeno porte?

1.3 OBJETIVOS

Diante da problemática exposta, foi traçado o objetivo geral como a grande linha norteadora das atividades desenvolvidas, e os objetivos específicos conduzem à conclusão da proposta deste Estudo de Caso.

1.3.1 Objetivo Geral

Implantar a Contabilidade Rural e desenvolver análises gerenciais, buscando avaliar os aspectos econômico-financeiros da propriedade agrícola, bem como, propor planejamentos e controles das atividades administrativas.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Inventariar os bens e direitos da propriedade rural, suas obrigações com terceiros, bem como, levantar os custos de produção e receitas do período analisado;
- b) Implantar a Contabilidade Rural e gerar Demonstrações Contábeis;
- c) Analisar as Demonstrações Contábeis, apurando seus índices econômico-financeiros;
- d) Apurar a Margem de Contribuição, o Ponto de Equilíbrio, Margem de Segurança da produção agrícola;
- e) Elaborar a Demonstração de Fluxo de caixa do período referido.

1.4 JUSTIFICATIVA

Um dos grandes problemas que afetam o desempenho econômico e produtivo do agronegócio em nosso país é a ausência de planejamento e controles de resultados, induzindo, muitas vezes, o setor a altos níveis de retração e a perda de rentabilidade. Crises no setor agropecuário poderiam desencadear desequilíbrios econômicos e atingir aos demais níveis econômicos da sociedade. Este foco merece atenção e reflexão, uma vez que a agricultura não

deve ficar fora ou a parte do contexto gerencial. Sem planejamento adequado das atividades e dos manejos agrícolas, o risco que se corre é alto, pois os investimentos são onerosos e uma decisão duvidosa pode colocar em jogo o lucro de várias safras. Devido a isso, faz bem ter-se em mente que a terra é um bem social a qual deve gerar riquezas e desenvolvimento para a sociedade como um todo, e principalmente desempenhar a função maior, a de produzir alimentação para a população humana.

O setor agrícola depende de uma política nacional, que se volte aos interesses dos pequenos produtores rurais, com garantias que minimizem as oscilações e recessões sofridas por este segmento. Entretanto, gerenciar os custos da produção e de estrutura como um todo, dá à propriedade de pequeno porte, condições de sustentabilidade. Desta forma, cada vez mais se exige do produtor rural, orientação e capacitação na hora de conduzir seus investimentos. Ele necessita de informações que sejam efetivamente capazes de mensurar os resultados com aportes decisórios em tempo real.

É a contabilidade quem vai dar suporte adequado a esta necessidade, constituindo-se numa ferramenta favorável e indispensável para os interessados em atingir melhores níveis de produção e riqueza, fazendo com que o uso da terra tenha a sua função social otimizada. E do contador, tem-se a expectativa de que ele seja o conselheiro da gestão administrativa, prestando assessoramento gerencial que potencializem a rentabilidade do empreendimento. A ele fica atribuída a árdua tarefa da sistematização da informação para gerar dados eficientes para o processo de decisões dos gastos e investimentos.

A contabilidade, segundo Marion (2005, p. 25) “é a linguagem dos negócios”. Ela mede os resultados das empresas, avalia o desempenho das atividades, oferecendo diretrizes para tomadas de decisões. A contabilidade com o suporte de um sistema de informação destinado a prover os dados em tempo oportuno, auxilia seus usuários a tomar decisões acertadas. O sucesso ou fracasso de um empreendimento está intrinsecamente ligado à administração. Esta pode ser eficiente e precisa embasada em dados consistentes e oportunos, ou baseada em dados errôneos, sem orientações para sustentabilidade das decisões.

Neste estudo procurou-se fazer uso de técnicas contábeis, porém, com a preocupação em usar uma linguagem objetiva e redigida de forma clara e sucinta, a fim de facilitar o entendimento do assunto abordado, uma vez que está voltado ao setor agrícola, e este muitas vezes, é alheio às técnicas da Ciência Contábil. Assim sendo, a contabilidade aplicada de forma clara, precisa e correta, atende seu principal objetivo, que é desempenhar um monitoramento contábil eficaz. Aliando-se aos conhecimentos práticos do produtor, a

contabilidade vai desempenhar um excelente resultado junto à atividade rural, gerando maior rentabilidade em seus negócios.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na efetivação deste Estudo de Caso, procurou-se embasamento bibliográfico em literaturas da área contábil para dar sustentação referencial para o tema estudado, analisados e interpretado. O Estudo de Caso é definido por (GIL, 1996 *apud* SILVA, 2003, p. 63), como: “... um tipo de pesquisa que analisa poucos fatos, mas com profundidade..., e ainda, ele aponta algumas vantagens do Estudo de Caso, que são: estímulo à novas descobertas, uma ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos.” Esta metodologia propicia a inserção do pesquisador de maneira peculiar e profunda no universo proposto, de modo que ele seja capaz de sistematizar e organizar informações conclusivas para responder todos os objetivos previamente propostos.

Este Estudo de Caso teve a tarefa de inventariar os bens patrimoniais da propriedade Lemes de Souza, cuja avaliação foi a preço de mercado; ainda, coletar outras informações necessárias sobre a propriedade, bem como, toda movimentação econômico-financeira que ocorrera no período.

Foram necessários vários deslocamentos ao interior do município de Chopinzinho, Sudoeste do Paraná, para a obtenção dos dados, cujo alcance se deu através de entrevistas com o produtor rural. Levantadas, minuciosamente, informações sobre os bens e direitos, compromissos, receitas e consumos do cultivo da soja. E através destes dados, conduziu-se à implantação da Contabilidade Rural, com vista ao gerenciamento da propriedade. Originando, então, às demonstrações contábeis: BP, a DRE e a DFC. Em posse destas demonstrações contábeis, foi possível desenvolver as análises gerenciais, apurando-se os índices de maior relevância para este Estudo de Caso. O período do estudo compreendeu-se entre os meses de Outubro do ano de 2007 e Abril do ano de 2008. Período, esse, que ocorrera todas as fases do cultivo da soja: o planejamento do cultivo; a captação de recursos financeiros (capital de terceiros/banco); aquisição dos insumos; preparação do solo; plantação e colheita da produção agrícola temporária: soja.

Apurado o resultado do exercício, foi possível confrontar a receita, os custos e as despesas do cultivo, mensurando, deste modo, o lucro. E em fase final deste ciclo, foi

efetivada a destinação do lucro apurado no período: a aquisição de mais 01 (um) alqueire de terra cultivável. E a conclusão deste estudo, deu-se com as análises econômicas e financeiras das demonstrações contábeis da propriedade. Os indicadores passaram a ser conhecidos pelo produtor rural, que finalmente, pode avaliar as contribuições que este estudo lhe acrescentou na administração da propriedade e no planejamento de ações futuras.

Os dados abordados aqui, são de apenas um (01) exercício, devido à implantação da Contabilidade ter ocorrido a partir deste estudo. Razão pela qual se procurou conhecer e comparar com índices-padrão do Setor Agropecuário, publicado na obra, *Análise das Demonstrações Contábeis*, Marion (2008, p. 160). O Autor apresenta uma tabela de índices-padrão extraídos de Demonstrações Contábeis reais de vários segmentos de mercado. Segundo Marion (2008, p. 161), “esta planilha de índices-padrão, embora realizada em balanço real, não reflete 100% da realidade, pois a cada ano há variação.” Assim sendo, esses indicadores aproximados serviram para uma comparação de resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentado na literatura Contábil, far-se-á uma abordagem teórica sobre os principais temas que serão abordados neste estudo.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA

Com a evolução da população mundial foi crescente a necessidade de produtos derivados da agricultura e da pecuária, bem como, todos os produtos de fonte primária. Paulatinamente, o modo primitivo de cultivar a terra vai ficando para a história. Fazia-se uso de equipamentos rudimentares, cuja produção visava apenas o sustento familiar. Nas últimas décadas, o setor agrícola brasileiro, tem ganhado força e notabilidade.

Recentemente, na Revista *Veja* (2008, p. 79) edição 2070, afirma-se que o Brasil alcançou, nessa última década, 27% do mercado global de soja. Cita ainda que “um em cada cinco dólares exportados pelo agronegócio brasileiro vem do complexo soja.” Mundialmente, tem-se o Brasil como um grande celeiro alimentício. De acordo com a Revista *Veja* (2004, p. 18-22), estudos da UNETAD, o órgão da Organização das Nações Unidas, responsável pelo desenvolvimento do comércio internacional, calcula que “o Brasil liderará a produção de alimentos no planeta em poucos anos”. A terra é a maior provedora da alimentação humana. E para elevar os níveis de produção fez-se necessário alterar as formas do cultivo agrícola.

A busca por colher mais, e colher produtos com melhores qualidades, dada à evolução da tecnologia, o setor do agronegócio brasileiro tem cada vez mais encontrado nos aparatos tecnológicos um aliado na conquista de maior participação no mercado externo. Com o uso de defensivos agrícolas mais eficazes, modernização do maquinário, evolução da previsão do tempo, através de satélites e outros, produzir mais no mesmo espaço de terra é algo que vem sendo feito com sucesso.

A agricultura brasileira já passou por várias crises, mas o Brasil tem grandes expectativas em relação aos demais países produtores agrícolas, pois sua capacidade neste setor é muito promissora devido a grande extensão de território, as condições climáticas, entre outros fatores de competitividade. Devido a essa expectativa de mercado percebe-se um vasto campo a ser explorado pela Contabilidade Rural, uma vez que esta tem a capacidade de propiciar segurança a novos investimentos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE

A Contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio, com a finalidade de captar, registrar, interpretar, analisar, acumular os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, observando os aspectos econômicos e financeiros de qualquer entidade, tais como pessoas físicas, empresas rurais, não lucrativas e lucrativas, empresas públicas, e outras. (IUDÍCIBUS, 1998).

Para dinamizar os resultados de um empreendimento, os agentes tomadores de decisões dependem de informações capazes de evidenciar as potencialidades e as limitações do investimento. Tais decisões miram principalmente o futuro, uma vez que é nele que temos o poder de influência, porém, para se preparar para a ação futura é interessante conhecer o histórico passado do empreendimento para saber qual é a tendência do negócio. Porém, ter o domínio somente daquilo que já aconteceu não é o bastante, a ação presente tem fundamental relevância na conjuntura dos fatos. E propiciar o conhecimento presente, a situação econômico-financeira do empreendimento em tempo real e oportuno é tarefa da contabilidade.

Dados contábeis eficazes se obtêm a partir da manutenção de uma contabilidade fidedigna, capaz de registrar todas as transações econômicas, e através, então, das demonstrações contábeis, analisar e interpretar esses dados, ou seja, extrair deles a orientação correta das ações administrativas. Todavia, Crepaldi, (2005, p. 69) reforça que “construir uma base de informações gerenciais para dar suporte à excelência competitiva global não é tarefa fácil ou rápida”. A contabilidade voltada para a ação gerencial não se limita ao Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, e sim, ela se preocupa em preparar as demonstrações contábeis sistematizando um conjunto de informações moldadas às finalidades para as quais se destinam.

2.2.1 Aplicações da Contabilidade

As informações contábeis são úteis quando satisfazem às necessidades da gestão administrativa. O gestor que dispor e souber analisar seus dados e conhecer seus potenciais e limitações, terá um grau maior de assertividade e confiança em suas estratégias administrativas. O planejamento estratégico das ações, por sua vez, é o processo de decidir

que curso as decisões devem ser direcionadas a fim de garantir o sucesso almejado. Assim, voltada a cada atividade, as práticas gerenciais serão desenvolvidas conforme a necessidade de prover dados específicos a cada ação, conforme Martins (2008) apresenta:

- **Contabilidade Fiscal/Tributária:** Participa do processo de elaboração de informações para o fisco, sendo responsável pelo planejamento tributário.
- **Contabilidade Financeira:** É responsável pela elaboração e consolidação das demonstrações contábeis para fins externos.
- **Contabilidade Gerencial:** Está voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos, efetuado por um sistema de informação gerencial. Preocupa-se também com o produto, com enfoque em sua comercialização, com o mercado que irá consumir o produto final.
- **Contabilidade de Custos:** Faz parte da Contabilidade Gerencial. Preocupa-se em registrar os fatos ocorridos, controlar as operações e informar os custos dos produtos e/ou serviços, para a formação de preço de produto ou serviço aplicado ou consumido na produção de outros bens.

2.3 CONTABILIDADE RURAL E SUA FINALIDADE

A Contabilidade é uma Ciência que é estudada de forma geral ou específica, de modo a atender todas as necessidades dos segmentos da economia. Cada setor de mercado tem suas particularidades a serem observadas contabilmente, a fim de alcançar maior eficácia e contribuição para a qual a contabilidade foi designada. Pode-se, dizer que a Ciência da Contabilidade utiliza-se de métodos universalmente aceitos para registrar as transações de uma entidade. O objetivo principal da contabilidade, assim sendo, é o de permitir a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências sobre tendências futuras.

A Contabilidade Rural apóia as tomadas de decisões, quando gera informações verdadeiras, e consegue controlar todas as operações da atividade agrícola. O registro dos fatos contábeis somente, não é o bastante. Faz-se necessário, estabelecer uma sistemática para se mensurar a margem de contribuição, à viabilidade econômica do cultivo de cada prática agrícola, por exemplo. Dispondo de adequado uso das ferramentas gerenciais, as quais

avaliam a rentabilidade e o consumo de cada prática agrícola, bem como planejam estrategicamente cada investimento, garantindo o retorno dos recursos aplicados.

Segundo Crepaldi, (2005, p. 84) “entidade rural é qualquer pessoa física ou pessoa jurídica detentora de um patrimônio”. Ele diz ainda que, a Contabilidade Rural é um instrumento de função administrativa que tem como finalidade:

- Controlar o patrimônio das entidades rurais;
- Apurar resultado das entidades rurais;
- Prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis.

Assim sendo, Crepaldi (2005) assegura ser necessário a elaboração de informações contábeis que permitam ao usuário, conhecer melhor seu patrimônio e os custos de suas atividades desenvolvidas, e destaca alguns pontos importantes:

- Individualizar os custos da atividade produtiva;
- Planejar e controlar as atividades exploradas;
- Ter as receitas e despesas evidenciadas para o desempenho do negócio;
- Conhecer o potencial de crescimento do investimento, e das atividades rurais;
- Destacar o retorno dos seus investimentos, e principalmente saber o verdadeiro custo de sua produção.

Para formar a cultura agrícola incorre uma série de gastos. Ainda que, o produtor rural não possua autoridade no comportamento dos preços de seus produtos na hora de comercializar, todavia ele espera poder recuperar todos os gastos desembolsados e ainda obter algum lucro. Sabe-se que o produto agrícola não possui um elemento diferencial para competir entre os demais produtores, o setor agrícola fica sem reação competitiva no mercado na venda da produção agrícola, sujeitando-se aos preços ofertados. Crepaldi, (2004, p. 318) afirma que “são muitas as formas de que dispõe o governo para influir nos preços: subsídios, incentivos fiscais à produção, à exportação, restrições ou estímulos à importação, criação ou ampliação de tributos etc.” Daí, a importância de estar bem orientado na hora de contabilizar os custos, dentro de um modelo de estruturação que demonstre a mais adequada avaliação do desempenho da atividade.

2.4 PERSPECTIVAS DA CONTABILIDADE RURAL

É possível constatar que a Administração Rural no Brasil ainda se desenvolve dentro de critérios bastante tradicionais. Essa característica não é constatada apenas em pequenas propriedades rurais, prevalecendo também entre as médias e grandes propriedades. Crepaldi (2005) assegura que “uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, vista, geralmente como uma técnica complexa em sua execução, com baixo retorno, na prática”. Além disso, quase sempre é conhecida apenas dentro de suas finalidades fiscais, sendo que a maioria dos produtores sujeitos à tributação do Imposto de Renda, não demonstram grande interesse por uma aplicação gerencial, relegando toda sua contabilidade a profissionais de área contábil.

Verifica-se, no entanto, que crises econômicas, retiradas de subsídios e incentivos fiscais, por parte do governo, vem provocando inquietações no setor agropecuário. Existe a necessidade de alcançar elevados níveis de produtividade, e emprego de novas técnicas produtivas. A implantação da contabilidade rural se faz oportuna, uma vez que a contabilidade proporciona um gerenciamento eficaz, detendo o controle dos ativos aplicados, monitorando sempre os custos com vistas na maximização do lucro. Crepaldi (2005) afirma que a Contabilidade Rural destaca-se como o principal instrumento de apoio às tomadas de decisões, controlando as operações da empresa rural.

Toda a atividade rural, por menor que ela seja, requer controles eficientes, uma vez que as decisões tomadas, vão afetar diretamente a lucratividade do negócio. É comum, na maioria das administrações rurais, o abandono dos registros contábeis, por simples que possam ser esses lançamentos. As informações são guardadas apenas na memória, não sendo registrado fatos que são de extrema importância para a correta compreensão dos resultados, e que no decorrer do tempo, são até esquecidos e deixados de serem computados na hora da comercialização de seus produtos, ou mesmo na hora de projetar novos investimentos.

Deste modo, muitos produtores ficam desprovidos de condições que mensurem os resultados, sem a possibilidade de verificar quais práticas dão maior margem no retorno financeiro, ou onde os custos de produção deveriam ser minimizados, por exemplo. Outro problema facilmente observado é o controle de caixa da produção agrícola e, muitas vezes, os custos de produção se confundem com gastos particulares, criando dificuldades na hora de apurar adequadamente do lucro da atividade desenvolvida.

Entretanto, o administrador rural que souber usar a informação contábil e que conhecer as limitações econômicas e financeiras de sua propriedade, terá em suas mãos um poderoso instrumento de trabalho que lhe permitirá conhecer a situação real, e tomar decisões

estratégicas projetando seu futuro, bem como, baseado em sua trajetória passada ter maiores probabilidades de acertos e lucratividade.

2.5 FORMAS LEGAIS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A contabilidade quando aplicada a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo. Assim, este estudo refere-se à Contabilidade Agrícola, que é um segmento da Contabilidade Rural. De maneira abrangente e em conformidade com o Novo Código Civil, Marion (2005, p. 30) dispõe que a atividade rural pode ser organizada nas seguintes formas:

- Autônomo, sem registro na Junta Comercial, chamado de produtor rural autônomo.
- Empresário Individual, quando escrito na Junta Comercial (é optativo).
- Sociedade Empresária, inscrita na Junta Comercial (na forma de sociedade limitada, ou sociedade anônima, etc.).

Assim, nos dois últimos casos, o produtor passa a ser chamado de Empresário Rural.

2.5.1 A Obrigatoriedade da Escrituração Contábil Rural

A atividade agrícola no Brasil, principalmente em relação a pequenas atividades, prevalece à exploração na forma da pessoa física, por ser menos onerosa que a pessoa jurídica, proporcionando, desta forma, mais vantagens de ordens fiscais. As pessoas físicas, conforme Marion (2005) tidas como pequenos e médios produtores rurais, não precisam, para fins de Imposto de Renda, fazer a escrituração regular em livros contábeis e podem utilizar apenas um livro-caixa e efetuar uma escrituração simplificada, onde deverá ser registrada a receita bruta, decorrente da venda dos produtos, comprovada por documentos (Nota Fiscal do Produtor) reconhecidos pelas legislações estaduais, deduzindo as despesas de custeio e os investimentos necessários à atividade exercida.

Porém, é possível presumir que alterações poderão ocorrer no modo que regulamenta a atividade agrícola. Para o produtor rural não ser surpreendido, é recomendável que ele esteja preparado para mudanças futuras, uma vez que o Estado tem poder de provocar modificações

na forma de gerir a atividade agrícola. Implantar a Contabilidade Rural desde já, é aconselhável, pois a contabilidade além de manter um controle sobre seus bens, custos e despesas, que proporciona segurança no processo administrativo, antecipa-se as ações futuras do Estado.

2.5.2 Sistemas de Escrituração

Para a eficácia das análises gerenciais e práticas administrativas são essenciais à observação dos Princípios Fundamentais da Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade no momento da escrituração contábil. Isso assegura a confiabilidade dos relatórios contábeis. Hoje, a grande aliada da contabilidade é, sem dúvida, a tecnologia da informatização. Dispondo de *software* capaz de processar informações contábeis da entidade em tempo real, visando à agilidade da informação. Para se alcançar a eficiência administrativa, faz-se necessário manter um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos financeiros e econômicos do empreendimento.

Assim sendo, a contabilidade atinge o seu desígnio maior, que é o de monitorar o desempenho do patrimônio. Padoveze (2003, p. 5) ressalta que “as funções de controle econômico constituem o objetivo principal da contabilidade”. Através dos controles permanentes se consegue resultados satisfatórios, sobrepondo aos resultados meramente numéricos de um Balanço Patrimonial. Uma vez que as pessoas interessadas conhecerem a importância de manter um sistema contábil atualizado e eficiente, capaz de avaliar resultados, cria-se, então, uma área de entusiasmo por essa prática.

Todavia, para que o gestor rural possa dar continuidade e manutenção do sistema gerencial é indispensável que ele consiga assimilar os dados obtidos e fazer deles um eixo norteador das suas atitudes diárias. Crepaldi, (2005, p. 68) assegura que:

A contabilidade sempre foi reconhecida pela sua capacidade de gerar informações técnicas, como também pelos seus aspectos motivacionais nela implícita, uma vez que ela nunca perdeu de vista sua responsabilidade com o meio de comunicação estreitando a sua relação entre seus usuários.

Ainda Padoveze (2004, p. 263) enfatiza que: “um sistema que só possibilita encontrar números, mas não dá retorno aos responsáveis em termos motivacionais, perde quase toda a sua finalidade”. São as análises gerenciais e os indicadores econômico-financeiros que fazem esse elo entre os números e a satisfação da administração. É evidente que não dá para abrir

mão de um sistema contábil eficiente, que alimentado constantemente, registre todos os fatos contábeis e proporcione-lhes diagnósticos verdadeiros, capazes de evidenciar os pontos fracos, cuja atenção deverá ser maior, e os pontos fortes que ainda podem ser mais bem explorados a fim de maximizar a rentabilidade.

2.6 TÓPICOS PRÁTICOS DA CONTABILIDADE RURAL

A Contabilidade Rural tem suas particularidades e utiliza-se de terminologias próprias. Fundamentado na literatura contábil, far-se-á, aqui, uma abordagem sobre alguns conceitos que serão usados neste estudo.

2.6.1 Custos e despesas com cultura Agrícola

A Contabilidade Rural, qualquer que seja o sistema, necessita da distinção entre custos e despesas. Marion (2005, p. 215) orienta sobre a forma de ser contabilizado os custos e despesas na atividade agrícola.

As despesas e os custos realizados coma formação de cultura temporária devem ser registradas em conta própria do Ativo Circulante, cujo saldo será baixado contra a conta de Resultado do Exercício por ocasião da comercialização do produto agrícola.

Deve ficar claro para o produtor, o entendimento no que se refere aos recursos consumidos para a existência da atividade agrícola. O estudo dos custos de produção e das despesas e como eles se comportam em cada atividade são essenciais para que os resultados sejam melhores apurados.

2.6.1.1 Classificação dos Custos: Diretos e Indiretos

Custo é o valor de aquisição de um bem ou serviço, utilizados na produção de outros bens e serviços. Os custos têm diversos comportamentos, e pode variar conforme as atividades desenvolvidas, em linhas gerais, podem-se classificar como Custos Diretos ou Custos Indiretos. Marion (2005) conceitua e identifica os custos.

- Custos Diretos são aqueles que podem ser apropriados aos produtos de maneira clara, direta e objetiva, sem rateios, bastando existir uma medida de consumo, exemplo, insumos agrícolas e mão-de-obra direta.

- Custos Indiretos representam os gastos com materiais indiretos não incorporados diretamente à produção. Geralmente, é difícil de relacionar os custos indiretos a um produto. São os que, para serem incorporados aos produtos, necessitam da utilização de algum critério de rateio, exemplo, gastos administrativos, mão-de-obra indireta.

2.6.1.2 Comportamento dos Custos: Fixos ou Variáveis

Os custos diretos ou indiretos comportam-se conforme a relação e o desígnio com a unidade produtora. Estes custos classificam-se dentro de outras duas categorias: Custos Fixos e Custos Variáveis.

Custos fixos são aqueles que tendem a manterem-se constantes dentro de uma capacidade de produção ou venda. De modo geral, Padoveze (2004) expõe que custos fixos “são custos e despesas necessárias para manter um nível mínimo de atividade operacional, e também denominado de custos de capacidade”. São fixos, dentro de uma determinada escala de produção, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produção, por exemplo, salários, aluguéis, entre outros.

Custos variáveis são aqueles que variam proporcionalmente ao volume da produção, quando aumenta a produção aumenta proporcionalmente os custos variáveis, por exemplo, insumos agrícolas, combustíveis, impostos, entre outros. Padoveze (2004, p. 329) chama a atenção para a diferença entre o custo variável e o custo direto. Segundo ele, “um custo é variável se ele realmente acompanha a proporção da atividade com que ele está relacionado. Um custo direto é aquele que se pode medir em relação a uma atividade ou ao produto.” Cita o exemplo da mão-de-obra, quando contratada em relação a determinado volume ela é custo fixo em relação àquele volume, mas é custo direto em relação ao produto.

2.6.1.3 Comportamento das Despesas: Fixas ou Variáveis

As despesas se diferenciam dos custos pelo fato de estarem relacionadas com a administração geral da empresa, ao passo que os custos estão ligados com a produção. Conforme Marion (2005) as despesas também são classificadas em dois grupos: Despesas Fixas e Despesas Variáveis.

- Despesas Fixas são gastos com consumo de recursos que não variam diretamente e proporcionais com o volume de vendas. Representa os gastos da estrutura fixa de uma empresa, exemplo: água, luz, salário administrativo, seguros, etc.

- Despesas Variáveis são gastos com consumo de recursos diretamente relacionados com o volume de vendas, exemplo: comissões, impostos sobre venda, e outros.

São valores consumidos e não identificados com a produção, refere-se às atividades não produtivas da empresa. Gastos relativos à venda de mercadorias e administração da empresa, aplicados diretamente na obtenção das receitas.

2.6.1.4 Classificação e Método adotado para Depreciação dos Maquinários

Dar-se-á atenção distinta na contabilização e classificação da depreciação, pois ela pode ser considerada um custo fixo ou variável, dependendo do uso que se faça do bem. A depreciação é um custo que não tem efeito direto no caixa, sendo que não ocorre o desembolso no momento da depreciação. É o bem já pago que vai perdendo a sua capacidade produtiva.

Na contabilidade agrícola, a depreciação dos maquinários é tratada como custo direto variável, sendo o valor econômico ativado como custo do produto. A taxa a ser usada para o cálculo da depreciação, Crepaldi (2005) diz que esta variante deve ser estudada por pessoas habilitadas, tais como agrônomos, fabricante, ou até mesmo o próprio agricultor, que têm o conhecimento da vida útil ou capacidade produtiva para adequar à realidade do bem. A taxa adotada para depreciação deve corresponder à efetiva perda do valor do ativo em relação às causas físicas, como desgaste natural em decorrência do uso, da ação do tempo; e aos fatores

funcionais, como obsolescência tecnologia que reduz a vida útil de um bem, substituindo por modelos mais aperfeiçoados, implicando em redução no preço de mercado.

Para o cálculo da depreciação dos implementos rurais, Marion (2005) aconselha que, em virtude de não ser utilizados ininterruptamente durante o ano todo, em função de chuvas, geadas, entressafra, ociosidade, etc., existe a necessidade de calcular a depreciação por hora, estimando-se um número de horas de trabalho por equipamento, em vez de quantidade de anos de vida útil. Dividindo o valor do bem pelo número de horas determinadas, ter-se-á o valor do custo de cada hora de trabalho por determinado implemento agrícola, por exemplo.

No cálculo da taxa da depreciação Marion (2005, p. 68) enfatiza que o Fisco aceita a utilização de estimativa-padrão para os países em desenvolvimento proposto pelo Programa Cooperativo do Banco Mundial/FAO, cujas estimativas são:

- Tratores de pneus – 8.000 horas aproximadas de trabalho;
- Tratores de esteira – 9.000 horas aproximadas de trabalho.

O autor parte do pressuposto que após esse número de horas de trabalho, o valor residual do equipamento seja desprezível. Porém, cada caso deve ser considerado individualmente, uma vez que na atividade rural nem o próprio Imposto de Renda define as taxas de depreciações, apenas requer provas da vida útil do determinado bem. Isso dá a Empresa Rural o direito de computar a taxa de depreciação, efetivamente adequada às suas condições, que podem variar em função de inúmeras situações, por exemplo: tipo de solo, cultivo, clima, produção, manutenção, entre outros. Os demais bens não foram depreciados, razão pela qual se entendeu que os bens não perderam seu valor no mercado. Como os bens de maior valor monetário são terrenos, e esses não se depreciam, para prática de análises gerenciais, é recomendável manter seus valores atualizados, fazendo reavaliações dos bens, sempre que compreender que houve a desvalorização patrimonial.

2.7 MÉTODOS DE CUSTEAMENTOS

O método de Custeamento é um elemento essencial para a contabilidade gerencial de qualquer atividade. Para Marion (2005, p. 312) é “a forma de apropriação dos custos”. Trata-se de uma poderosa estratégia administrativa no gerenciamento da qualidade do lucro, cortando desperdícios e consumindo com adequada necessidade os custos de produção.

Basicamente, os métodos de apuração do custo dos produtos mais usados são três: Custeamento Direto ou Variável; Custeamento por Absorção; e Custeamento por Atividade. O que os difere são a classificação e comportamento dos custos e despesas na hora da classificação e apropriação dos custos e das despesas, tanto para aqueles que são variáveis como para os que têm comportamentos fixos, conforme Padoveze (2004).

A adoção do Método de Custeio definirá o lucro do período, e conforme a escolha do método poderá gerar distorções no resultado do exercício, causando uma falsa impressão de lucro, considerando a variável tempo.

2.7.1 Custeio Direto ou Variável

Do ponto de vista decisório, o custeio variável proporciona informações vitais à empresa de modo mais claro e preciso, uma vez que, abandona os custos fixos e tratando-os como se fossem despesas, já que são quase sempre repetitivos e independentes da produção. Mas, por contrariar os princípios contábeis ele não é válido para balanço externo e nem para o Fisco.

Padoveze (2004) afirma que “o custeio direto ou variável utiliza-se apenas dos custos e despesas que têm relação proporcional e direta com a quantidade de produtos”. Ou seja, consiste em alocar aos produtos somente os custos e despesas variáveis, considerando os custos e as despesas fixas como despesas do período, lançando-os diretamente ao resultado, independentemente da venda ter ocorrida ou não.

No Custeio Variável os custos fixos não são alocados aos produtos e sim tratados como despesas do período. Deste modo, apenas os custos variáveis, que tendem a alterar em relação ao volume, são considerados custo da produção. Insumos diretos, mão-de-obra direta, e outros custos indiretos, variáveis ao volume fazem parte da formação do custo do produto. Segundo Martins, (2008, p. 198), “Os custos fixos são separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o resultado. E para a conta “estoques” só vão os custos variáveis”.

2.7.2 Custeio por Absorção

No Custeio por Absorção consideram-se todos os custos diretos e indiretos, sejam eles fixos ou variáveis. Os custos indiretos são alocados aos produtos, valendo-se de algum tipo de critério de rateio pré-determinado. Martins (2008) diz que todos os custos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos e serviços, e as despesas são descarregadas na demonstração do resultado do referido período.

Este método é aquele que atende os princípios contábeis no tratamento dado aos custos consumidos, e que ainda não foram realizados no período. Os custos fixos, por exemplo, são distribuídos ao custo dos produtos e vai, portanto, para o ativo na conta “Estoques”, e só serão despesas quando da realização da venda do produto. Todos os custos relativos à produção, que ainda não tenha sido vendida, estarão ativados nos estoques, sendo inventariados e carregados para o futuro, como ativos para os próximos períodos, conforme Padoveze (2004). Baseado nisso, este método é o único aceito pela legislação brasileira, para fins de cálculo de imposto de renda, pois obedece aos princípios contábeis, uma vez que todos os gastos relativos aos esforços de produção são distribuídos para todos os produtos de igual modo, dentro da competência em que foi gerada a receita.

Porém, são encontradas algumas variações neste método, como a falta de distinção clara entre os custos fixos e variáveis, por exemplo. Como instrumento gerencial este método pode falhar, pois havendo arbitrariedade no rateio dos custos indiretos acarretará distorções no resultado, que por sua vez, poderá levar o administrador à conclusões errôneas.

2.7.3 Custeio Baseado em Atividade

O Custo Baseado em Atividades, fundamenta-se na premissa de que são as atividades, e não os produtos, que provocam o consumo de recursos e, estas, conforme são requeridas, formarão o custo dos produtos. Conforme Crepaldi (2005, p. 307), “o custeio ABC utiliza-se de direcionadores dentro de uma multiplicidade de critérios, denominados de geradores de custo (*cost driver*), enquanto o método por absorção faz uso, por exemplo, de departamentalização, muitas vezes, sendo limitados à quantidade produzida/vendida”.

A diferença fundamental entre os outros métodos está no tratamento dado aos custos indiretos. O custeio ABC utiliza-se da metodologia, segundo Crepaldi (2005) identificando as

atividades desenvolvidas por uma empresa e, então, determinando o seu custo e desempenho por atividade. Os direcionadores de custeio é que vão alocar os diversos custos incorridos às atividades no sistema de custeio ABC, e podem ser representados por produtos, por safra, por região, entre outras variáveis que se fizerem relevantes para determinar os custos indiretos de produção (CIP).

2.8 TIPOS DE CULTURAS NO QUE TANGE A CONTABILIDADE RURAL

Contabilmente a atividade agrícola se divide em dois grandes grupos: cultura temporária e cultura permanente. Marion (2005) diferencia e explica estes dois grupos:

Culturas temporárias - são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita, geralmente de plantio anual, chamadas de hortícola e forrageira: Cereais, Hortaliças, Tubérculos, Plantas oleaginosas, Especiarias, Fibras e Floriculturas;

Culturas permanentes - são aquelas vinculadas ao solo por mais de uma colheita ou produção, chamadas de arboricultura: Florestamento, pomares, vinhedos, olivais, seringais, canaviais, etc. (MARION, 2005, p. 38).

No primeiro caso, cultura temporária, os insumos são contabilizados no Ativo Circulante, como se fossem um “Estoque em Andamento”. E todos os custos do cultivo (sementes, fertilizantes, mão-de-obra, combustível depreciação de máquinas, etc.), são ativados numa subconta com título específico da cultura em formação. No caso de cultura permanente, os custos necessários para a formação da cultura serão contabilizados no Ativo Permanente – Imobilizado. Estes custos são acumulados na conta “Cultura Permanente em Formação”, numa subconta que indique especificamente a cultura.

Havendo mais que uma cultura, Marion (2005) ressalta que tanto na cultura permanente como na temporária, devem ser rateados os custos indiretos, proporcional a cada cultura. E as despesas administrativas, de vendas e financeiras não compõem o custo da formação da cultura, mas são apropriadas diretamente como “despesa do período” e não são, portanto ativadas.

2.8.1 Contabilização da Colheita Temporária

A formação da cultura temporária movimentada a conta “Estoques” no Ativo Circulante naquilo que tange a contabilização dos custos variáveis. A aquisição dos insumos necessários para o cultivo, bem como sua última fase da produção, que é a colheita e transporte, cujos custos serão ativados na conta “Estoques”. Toda esta movimentação dos custos em todas as fases do cultivo, como: aquisição dos insumos, preparo do solo, cultura em formação, cultura formada, colheita e produto colhido, que estão inseridos na conta “Estoques”, dão nome à subcontas, como se fossem um “Estoque em Andamento”, dentro do grupo Estoques. Dessa forma, todos os custos variáveis diretos vão sendo acumulados numa subconta com título específico de cada fase da cultura. E a apuração do resultado, ou seja, a confrontação da receita e os custos ocorrem apenas na venda do produto, onde acontece a baixa dos custos do “Estoque” para a DRE. Para melhor demonstrar esta prática, Marion, (2005, p. 38-39) esclarece:

Todo o custo empregado na colheita será acumulado na conta “Cultura Temporária” e, após o término da colheita, essa conta será baixada pelo seu valor de custo e transferida para uma nova conta, denominada “Produtos Agrícolas” sendo especificado, como subconta, o nome do produto. (...) À medida que a produção agrícola for vendida, dá-se proporcionalmente baixa na conta “Produtos Agrícolas” e transfere-se o valor de custo para a conta “Custo do Produto Vendido” (resultado), especificando-se o tipo de produto agrícola vendido. Dessa forma, haverá o confronto entre a Receita e o Custo do Produto Vendido, podendo-se apurar o Lucro Bruto.

O mesmo entendimento ocorre na cultura permanente, mudando apenas a classificação das contas de “Estoques”, do grupo de contas do Ativo Circulante para o Ativo Permanente.

2.8.2 Encerramento do Ano Social Ajustado ao Término do Ano Agrícola

Uma questão pertinente é quanto ao encerramento do exercício social na atividade agrícola conforme Marion (2005). Ao contrário de outras atividades comerciais, por exemplo, cuja comercialização se distribui ao longo dos 12 meses do ano, e qualquer mês escolhido reflete o resultado, distribuído de maneira quase uniforme no decorrer do exercício social e coincide com o ano civil. O encerramento da colheita de uma safra agrícola não coincide com a data de 31/12. Encerrar o exercício social nessa data em nada cooperaria na avaliação do desempenho da safra agrícola.

Ainda, Marion, (2005, p. 26) reforça dizendo que “na atividade agrícola a receita se concentra, normalmente, durante ou após a colheita.” E assegura que “o melhor momento

para a apuração dos resultados é logo após a colheita e sua respectiva comercialização, no caso da soja o exercício social será encerrado em 30/04.” E diferente disso, segundo ele, haveriam dificuldades de avaliação da conta “Estoques”, uma vez que o plantio estaria ainda em fase de crescimento, como normalmente ocorre no período de encerramento do ano civil, em (31/12). O autor, ainda, enfatiza que não exista lógica em esperar o final do ano seguinte (exercício civil) para conhecer o resultado da safra agrícola. Recomenda-se, então, que o ano agrícola seja fixado em função da cultura que prevaleça economicamente, e podendo ter mais que uma apuração de exercício social durante o ano civil. E para a prestação de contas para com o Fisco, faz-se um ajuste no final do calendário civil.

2.8.3 Conceito de Balanço Patrimonial (BP)

Balanço Patrimonial, na compreensão de Crepaldi (2005, p. 88) “é um demonstrativo contábil que, em dado momento, apresenta uma forma sintética e ordenada das contas patrimoniais, agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam”. A importância do BP está no fato de dispor dados do Ativo, Passivo Exigível e Patrimônio Líquido, de forma sistemática, possibilitando aos interessados uma avaliação da situação patrimonial e suas conseqüentes análises com os mais variados aspectos gerenciais, além de salvaguardar informações sobre as tendências econômicas e financeiras do empreendimento.

Para Crepaldi (2005, p. 202) a classificação correta das contas “é de fundamental importância para possibilitar estudos comparativos, análises e quaisquer outros detalhamentos extraídos da contabilidade”. Essa é a razão para que seja elaborado um bom plano de contas.

A universalidade do método de contabilização, ainda Crepaldi (2005, p. 85) “é de fundamental importância para possibilitar a interpretação uniforme das “demonstrações expositivas” de qualquer empresa”. (grifo autor). Visto que a função da Contabilidade não está limitada apenas aos relatórios contábeis, ao BP e a DRE. A Contabilidade “além das demonstrações básicas ela deve fornecer aos administradores um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas”. (IUDÍCIBUS *et al*, 1998, p. 22).

2.8.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Toda atividade necessita da apuração de resultados para conhecer seu resultado líquido. É na DRE que aparecem detalhada e criteriosamente a movimentação das contas, e a partir do confronto das receitas com as despesas é conhecido o resultado do exercício, ou Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido do Exercício. A DRE é gerada, normalmente, no final de cada exercício e sua finalidade, além de demonstrar como foi formado o resultado do período, completará o Balanço Patrimonial com o saldo resultante do exercício, sendo contabilizado na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. (IUDÍCIBUS *et al*, 1998).

2.8.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

O Fluxo de Caixa é uma demonstração extraída do BP e da DRE. Ela é uma ferramenta que permite ao administrador financeiro extrair importantes informações sobre o comportamento financeiro de seu empreendimento, num determinado período, visualizando com antecedência, as possibilidades de investimentos, grau e qualidade do endividamento, montante necessário de capital disponível para honrar seus recursos tomados. Contribui para o acompanhamento das metas estabelecidas a curto, médio ou a longo prazo, a partir das entradas e das saídas de caixa. Havendo excedentes de liquidez, devem ser devidamente aplicados - Investimentos. Em caso de escassez de recursos, a captação deve ser voltada às fontes menos onerosas - Empréstimos.

Quase sempre, os problemas de insolvência ou iliquidez, ocorrem por falta de caixa. A Demonstração do Fluxo de Caixa é imprescindível a mais elementar atividade empresarial e, mesmo para pessoas físicas que se dedicam a algum negócio. Sua finalidade é mostrar como se comportam as entradas e saídas de recursos financeiros num determinado período.

Para Marion (2005, p. 225) a DFC é um instrumento importante para analisar a ligação entre o saldo de caixa líquido evidenciado no BP e o Lucro Líquido, obtido por meio do regime de competência, e ainda é caracterizada pela sua simplicidade e eficácia.

A DFC ajuda a avaliar o potencial da empresa em gerar fluxos futuros de caixa, a honrar seus compromissos, e identificar sua necessidade de recursos financeiros externos. A DFC melhor evidencia as razões das diferenças entre o lucro líquido e as entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos), bem como os efeitos na posição

financeira da empresa resultante das transações financeiras e não financeiras (operações que não afetam o caixa) durante um período.

Além de propiciar análise de tendência, serve para o planejamento do fluxo projetado. Quando se faz a integração das contas recebidas com as contas pagas tem-se o fluxo de caixa realizado, e quando se comparam as contas a receber com as contas a pagar, tem-se o fluxo de caixa projetado, podendo ser projetado a curto e longo prazo. Se projetado para curto prazo, atenderá basicamente as necessidades de capital de giro; já para longo prazo, terá por objetivo definir e programar investimentos.

Para eficácia na análise, Marion, (2005, p. 225) divide a DFC em três grupos:

a) Atividade Operacional: envolve a produção e venda de bens e serviços relativos à atividade operacional da empresa. No setor rural, haveria necessidade de subtrair, além das despesas operacionais pagas, a retirada de dinheiro para a manutenção da família, que corresponde a salários de trabalho e administração dos mesmos.

b) Atividade Referente à Investimento: focaliza o fluxo de caixa para compra e venda de bens de capital (máquinas, implementos agrícolas), animais de reprodução (criação), planos de aposentadoria etc.

c) Atividade de Financiamento: inclui os financiamentos, empréstimos, amortizações da dívida, capital dos proprietários, operações com leasing, etc.

A DFC pode ser apresentada de duas formas: o Método Direto e o Método Indireto. Conforme Neves (2005, p. 285) “a diferença entre a DFC no modelo indireto e direto reside apenas na forma de apresentar os recursos derivados das operações”. O método direto demonstra toda a movimentação que formaram o lucro, ou seja, os recebimentos e pagamentos derivados da atividade operacional do período, em vez do lucro líquido ajustado. Já no método indireto, os recursos provenientes das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido, ajustando os valores a débito que diminuem o lucro líquido, mas que não afetam o caixa.

A depreciação é um exemplo claro, pois se trata de um fato econômico, que ocorre a perda do valor, mas não há o desembolso, no momento da contabilização, não afetando, portanto, o fluxo financeiro, daí a necessidade do ajuste na DFC. Essa reconciliação ocorrida no Lucro Líquido focaliza a diferença entre o lucro líquido econômico e o lucro líquido financeiro.

Já sua desvantagem, segundo Marion (2005) está no momento da venda de uma produção acumulada, cuja razão seria a espera do melhor momento/preço para sua comercialização. Logo, se registraria toda a receita sem a confrontação de pagamentos de seus custos. Isso provocaria um abrupto aumento de caixa e conseqüentemente no Imposto a Pagar.

2.9 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As análises começam justamente onde termina a contabilidade, nos relatórios contábeis. Segundo Matarazzo (2003, p. 15) o principal objetivo da análise de balanços é “extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”. Embora, as demonstrações financeiras sejam reflexos daquilo que já ocorreu, na análise é possível o administrador perceber o rumo que seu empreendimento está seguindo.

2.9.1 Análises dos Indicadores Econômico-Financeiros

As análises das demonstrações contábeis transformam dados patrimoniais em informações úteis para seus interessados. Analisar as demonstrações contábeis exige um exame detalhado das diversas contas que compõem o BP e a DRE; comparam-nas entre si ou em relação a outras contas patrimoniais como um todo. As análises das demonstrações contábeis podem ser entendidas como um conjunto de técnicas que demonstram a situação econômico-financeira do empreendimento, em determinado momento, por meio de indicadores.

Para Crepaldi, (2005, p. 292) interpretar as demonstrações contábeis nada mais é do que “identificar as causas das variações específicas ocorridas no patrimônio, sob o ponto de vista econômico e financeiro”. Análise econômica é o estudo do patrimônio líquido, num enfoque estático, ou do lucro ou prejuízo, num processo dinâmico de capacidade de gerar lucros. Já a análise financeira é o estudo das disponibilidades como forma da empresa saldar suas dívidas, ou seja, o estudo da capacidade de pagamento. Ele ressalta a importância dos indicadores econômico-financeiros, e adverte sobre o ato de comparabilidade entre períodos anteriores, visto que essa seja uma prática recomendada para o fundamental sucesso das interpretações dos índices:

Os indicadores econômico-financeiros são valores quantitativos, ou seja, números utilizados para identificar a situação e o desempenho econômico-financeiro de uma Empresa rural. Depois de apurados, eles devem ser comparados com os resultados

de períodos anteriores e com as projeções, no processo de análise e avaliação. (CREPALDI, 2005, p. 284).

Uma análise para ser eficiente e capaz de demonstrar a realidade da empresa na sua composição patrimonial, deve basear-se em mais de um exercício social, de preferência no mínimo 03 (três) períodos. Padoveze (2004, p. 193) concorda que: “o aspecto mais relevante é o acompanhamento tendencial dos indicadores”. E comparando vários anos, torna-se possível a observação da tendência dos índices, já que um índice isolado, de somente um período, não traduz o comportamento liquidante da empresa.

2.9.1.1 Indicadores Econômico-Financeiros

Nas demonstrações contábeis é onde estão todas as informações da empresa. Torna-se possível extrair indicadores (índices) através da divisão contas ou grupos de contas, desde que, elas se correlacionem entre si, estabeleçam relações que façam sentido para quem avalia.

Marion (2008, p. 15) aconselha a iniciar a análise econômico-financeira da empresa partindo de três pontos fundamentais: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital). Estes são índices básicos, e mostraram uma visão satisfatória da situação da empresa. Marion (2008, p. 24) afirma que: “o cálculo dos índices baseado numa fórmula é a primeira etapa. A segunda é a interpretação do índice. E a terceira fase, a mais importante, é a conceituação do índice”.

O acompanhamento sistemático dos indicadores são sinalizadores internos tendenciais, salvo acontecimentos extraordinários que podem acontecer (avaria climática, perdas de aplicações financeiras), causam uma brusca mudança, invalidando, assim, o comportamento tendencial dos índices. Entende que se faz necessária muita prudência ao dar um parecer sobre determinada análise. Nenhum indicador é absoluto, só faz sentido analisá-los em conjunto, estabelecendo uma relação com períodos anteriores ou entre atividades similares.

Abaixo se apresenta um quadro com estes Indicadores: Financeiros, Econômicos e de Endividamento. Coube ressaltar que eles não são os únicos, porém, os índices aqui referidos, foram selecionados em virtude de serem os mais utilizados pelos analistas.

TABELA 1 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	ÍNDICES	FÓRMULAS
LIQUIDEZ OU SOLVÊNCIA	1. Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	2. Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
	3. Liquidez Geral	$\frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$
ENDIVIDAMENTO	4. Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$
	5. Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Passivo Total}}$
RENTABILIDADE	6. Rentabilidade do Ativo/TX Retorno s/ Investimento (TRI)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
	7. Rentabilidade do PL/ TX de Retorno S/ PL (TRPL)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
RENTABILIDADE	8. Rentabilidade das Vendas	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$

Fonte: Neves (2005), adaptado.

2.9.1.2 Índices de Liquidez ou Solvência

Liquidez é usada para definir a capacidade que a empresa tem em gerar recursos que podem ser rapidamente transformados em papel moeda. A liquidez de uma empresa é mensurada em função de seus ativos circulantes: da disponibilidade de caixa/banco, de títulos negociáveis, estoques e outras contas de giro rápido. São quatro os índices de liquidez: Corrente, Seca, Geral e Imediata. Foram apurados três índices: Liquidez Corrente, Seca e Geral, por entender ser os mais relevantes para este estudo. Os índices de liquidez têm por objetivo avaliar a capacidade financeira da empresa, para solver seus compromissos com terceiros. Os indicadores de capacidade de pagamento, de acordo com Padoveze (2004, p. 209), “são indicadores extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos”. Isso quer dizer que qualquer movimentação das contas esses indicadores serão alterados.

Tende-se acreditar que os índices de liquidez quanto maiores, sejam mais favoráveis à empresa. Crepaldi, (2005, p. 300) ressalta que: “havendo excesso de liquidez pode, também, indicar má administração financeira de recursos disponíveis”. Se há excesso de liquidez é aconselhável à aplicação deste montante, ou no caso de escassez que se procure a forma mais ajustada para captação de recursos. A análise isolada não deve ser parâmetro para uma análise, apenas o índice de liquidez geral, por exemplo, pode-se concluir que tem problemas de liquidez e já o índice de liquidez corrente pode mostrar justamente o contrário, um índice satisfatório.

2.9.1.3 Índices de Endividamento ou Estrutura de Capitais

Os Índices de Endividamento têm como principal objetivo, mostrar o grau de comprometimento do capital próprio de um empreendimento com o capital de terceiros. Estes índices demonstram, por exemplo, o percentual do capital de terceiros que vencem a curto prazo. Além disso, é possível verificar o quanto do capital próprio e dos recursos não correntes foram aplicados no Ativo Permanente.

Cada empreendimento possui estrutura ótima de composição de recursos e não existem regras fixas. A natureza do endividamento, as taxas de juros e as despesas reais de financiamento, quando comparadas com o retorno que tais recursos têm uma vez investidos no ativo, em confronto com os custos alternativos do que o nível absoluto de tais quocientes em determinados momentos. (IUDICIBUS, 1998, p. 83).

Observa-se que não existem regras definidas sobre estrutura de capitais, a empresa pode trabalhar com o capital próprio, sendo superior ao de terceiros, ou com capital de terceiros sendo superior ao próprio. Na verdade, o que importa é a comparação dos juros pagos referente ao financiamento, com os proporcionados pelo mercado onde foi aplicado o valor do capital.

2.9.1.4 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade são comumente utilizados no meio empresarial para se referir ao desempenho econômico da organização, pois conforme Crepaldi (2005, p. 298) “compara o tamanho do lucro em relação ao patrimônio líquido”. Relacionam-se com a

rentabilidade do ativo, e o retorno que está sendo proporcionado sobre o Patrimônio Líquido, ou mesmo, o capital próprio. Entende-se que o capital próprio corresponde ao valor que os proprietários investiram no negócio, somado com o lucro de períodos anteriores, juntamente com as reservas de lucros.

2.9.2 Outras Análises de Custos

Dentre as análises contábeis já explanadas, a Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio e Margem de Segurança são análises de custos que ganham relevância no momento de planejar a produção agrícola.

TABELA 2 – OUTRAS ANÁLISES DE CUSTOS

ANÁLISES DE CUSTOS	FÓRMULAS
Margem de Contribuição (MC)	Vendas (-) Custos e Despesas Variáveis
Ponto de Equilíbrio (PE)	Custos Fixos / Margem de Contribuição
Margem de Segurança (MS)	Vendas (-) Ponto Equilíbrio

Fonte: Martins (2008), adaptado.

2.9.2.1 Margem de Contribuição (MC)

Margem de contribuição representa o quanto a empresa efetivamente ganha na venda de cada produto, depois de descontadas todas as despesas. Para encontrar a margem de contribuição, faz-se necessário separar as despesas classificadas como fixas e variáveis. Os custos variáveis são deduzidos das vendas para obter a margem de contribuição. Os custos fixos são subtraídos da margem de contribuição para obter a renda líquida. Em termos de produção, Crepaldi, (2004, p. 129) diz que: “a margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.” A margem de contribuição é aquela

parcela do preço de venda que contribui na absorção dos custos fixos, e ainda ajuda a formar o lucro.

Martins (2008, p. 185) conceitua margem de contribuição dizendo que é:

A diferença entre a Receita e soma de Custo e Despesas Variáveis, tem a faculdade de tornar bem mais facilmente visível a potencialidade de cada produto, mostrando como cada um contribui para, primeiramente, amortizar os gastos fixos, e, depois formar o lucro propriamente dito.

Para Padoveze (2004, p. 368) margem de contribuição “é a diferença entre preço de venda unitário do produto e os custos e despesas variáveis por unidade do produto”. Este é um conceito de extrema importância para o custeio variável na tomada de decisões gerenciais, uma vez que, demonstra qual produto contribui mais na formação do lucro, podendo com isso, promover a produção do produto que produz maior Margem de Contribuição, principalmente quando houver limitação na capacidade produtiva.

2.9.2.2 Ponto de Equilíbrio (PE)

Ponto de Equilíbrio indica o nível mínimo de atividade em que a empresa consegue pagar seus custos e despesas fixas, além dos custos e despesas variáveis, não computando nem lucro nem prejuízo. Crepaldi (2004, p. 364) diz que: “o ponto de equilíbrio é definido como o volume de vendas em que a receita total é exatamente igual ao custo total.” A partir da superação do marco zero é que se obterá o lucro. Corresponde aquele momento que a empresa atinge um volume de vendas ou de produção em que permite cobrir seus custos operacionais. “Sem lucro e nem prejuízo, é o marco zero”. Desta forma, o cálculo indica o quanto se precisa produzir para não ter prejuízo, e a partir de que momento a produção começará a auferir ganhos.

2.9.2.3 Margem de Segurança (MS)

O conceito e uso da Margem de Segurança estão diretamente relacionados aos conceitos do custeio variável e ao ponto de equilíbrio, pois mede a quantidade produzida

acima deste marco. Crepaldi (2004, p. 365) assegura que: “a margem de segurança mede a resistência da empresa à redução do volume das operações”. Quanto maior for a distância da produção em relação ao Ponto de Equilíbrio, maior será a margem de segurança contra eventuais riscos da produção. Sabe-se que o cultivo agrícola é uma atividade constantemente exposta a altos riscos climáticos, por exemplo, e conhecer este índice dará maior controle estratégico ao produtor rural.

3 ESTUDO DE CASO: ANÁLISES CONTÁBEIS DA PROPRIEDADE LEMES DE SOUZA

Este capítulo faz uma abordagem específica e detalhada sobre a propriedade Lemes de Souza. Através das demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de

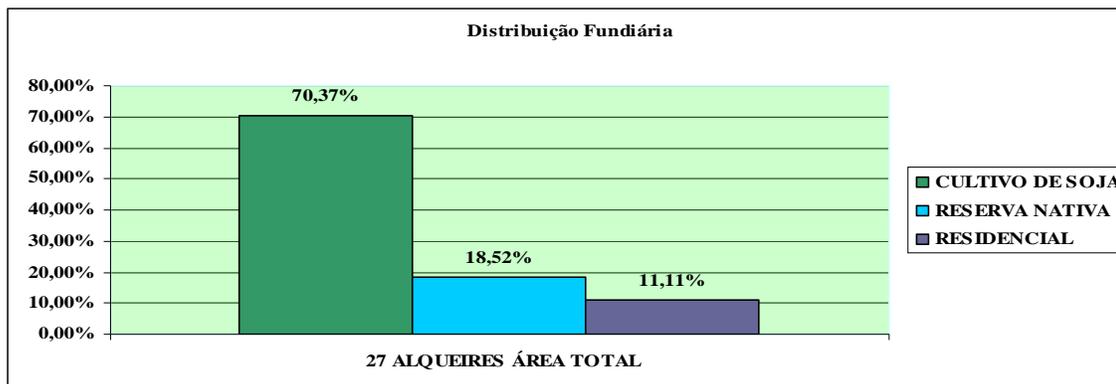
Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa, planilha de custos, tabelas e gráficos, foram explanadas todas as peculiaridades da lavoura agrícola, safra 2007/2008 da propriedade Lemes de Souza. Na seqüência, foram expostas e comentadas as análises dos indicadores econômico-financeiros e de custos, extraídos das demonstrações contábeis. Com os índices econômico-financeiros de Liquidez, Estrutura de Capital e Rentabilidade da propriedade foram comparados com índices-padrão do Setor Agropecuário, conforme Marion (2008, p. 160). Também foram apurados e analisados os índices de rentabilidade do resultado da safra estimada, que se esperava colher, baseado na média da produção de safras anteriores, e que por avarias climáticas não se realizou.

3.1 DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE LEMES DE SOUZA

A propriedade da família Lemes de Souza, que gentilmente forneceu base para este estudo, está localizada no Sudoeste do Paraná, entre os Municípios de Chopinzinho e Coronel Vivida, mais precisamente na Comunidade de Passa Quatro. Distanto-se cerca de 20 km da área urbana dos municípios ora citados, ou seja, tem exatamente, a mesma distância de deslocamento entre um município e outro.

A área de Estudo compõe vinte e sete alqueires de terras. Sendo dezenove, explorados pela cultura temporária: soja. Cinco alqueires são reserva de matas nativas e nascentes de água. Os outros três são destinados à moradia do proprietário, Senhor Orlando Lemes de Souza, de sua esposa e de um filho menor de idade. Do total da área fundiária, três alqueires, foram contraídos através de herança paternal, valor que consta no Capital Social do Balanço Patrimonial. Já os demais alqueires de terras e outras aquisições, que aparecem no BP como Lucros Acumulados, são frutos da própria lavoura, cerca de 20 anos de trabalho.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA



Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Por ser uma propriedade de porte pequeno, ela não dispõe de todos os maquinários necessários para o cultivo da terra, razão pela qual a torna dependente de máquinas de terceiros para a execução de suas atividades. No ano de 2007, foi investido na aquisição de um trator e outros implementos, financiados através de créditos agrícolas. Em 2008, com o resultado da safra o investimento foi mais um (01) alqueire de terra cultivável, com pagamento à vista.

A atividade desenvolvida na propriedade vincula-se somente ao cultivo de safra temporária: soja. Atualmente, a lavoura requer pouca mão-de-obra, visto que apenas um integrante da família presta trabalho na agricultura. Vale ressaltar aqui, que a qualidade de vida da família é privilegiada, uma vez que a cultura temporária exige poucos dias de trabalho efetivo durante a safra, que é semestral, tendo, desse modo, liberdade em relação ao tempo nas entre safras, ou seja, a atividade não exige dedicação laboral o ano todo.

3.1.1 Dados da Formação da Safra de Soja 2007/2008

A produção de soja da propriedade Lemes de Souza é realizada na forma de plantio direto mecanizado, fazendo o uso de adubos químicos e agrotóxicos para sua produção. Para a colheita e transporte da produção faz-se necessário o aluguel de máquinas de terceiros, uma parceria estabelecida com um vizinho produtor, há vários anos. É pago uma taxa de 10% para a colheita e transporte, mas, ocorre que o desembolso é de 6% apenas, e 4% restante, são descontados no valor da mão-de-obra do próprio produtor, SR Orlando, que presta serviço de

motorista de dois caminhões do proprietário das máquinas, como demonstrado na planilha de custos na seqüência. Ele executa, deste modo, o transporte da produção agrícola das duas propriedades, em média de 10.000 sacas de soja anual. Parte da produção colhida é descarregada na Cooperativa Coamo, na cidade de Coronel Vivida – PR, e outra parte são transportadas até a Cerealista Sojamil, na cidade de Chopinzinho – PR.

Na produção de soja, dos últimos três anos, vem sendo cultivada a semente geneticamente modificada, semente transgênica. A razão pela qual se optou em cultivar esta variedade foi a redução dos custos na formação da lavoura. O cultivo desta semente emprega agrotóxicos com custos consideravelmente mais baratos. Outro fator determinante para a opção de cultivar a semente transgênica foi o fato da propriedade não ser totalmente autônoma em relação aos maquinários, cuja dependência de serviços de terceiros dificulta a execução dos trabalhos, uma vez que o implemento, pulverizador, por exemplo, precisaria ser esterilizado toda vez que fosse necessário prestar serviço em sua lavoura, devido o uso diferenciado de defensivos entre uma semente e outra. A propriedade conta, apenas, com maquinário necessário para o plantio da safra: Trator John Deehre/2003 e a semeadeira adquirida no ano de 2004; demais maquinários e implementos, paga-se aluguel pelo uso dos mesmos. A preocupação do administrador tem-se centrado na aquisição de terras cultiváveis, uma vez que é escassa a oferta à venda de terrenos na região. Já maquinários, por vez, compram-se a qualquer momento.

3.1.2 Adoção do Método de Custeio

O objetivo deste trabalho é fornecer dados gerenciais para tomadas de decisões, e fazer uso de técnicas eficientes e claras, de fácil assimilação pelo gestor da propriedade agrícola, facilitando, dessa forma, a continuidade de seus controles gerenciais a partir deste estudo.

A formação do preço de venda da produção agrícola não é a inquietação do produtor rural, uma vez que, a ele não está atribuída a capacidade de decidir sobre o qual preço comercializar sua produção. São as inúmeras variáveis que determinam os preços de comercialização da produção agrícola. O produtor rural não consegue controlar o preço do seu produto que lhe é imposto pelo mercado, podendo ser até inferior aos custos de produção. Cabe, então, a ele, gerenciar seus custos, sob uma forma justa, de modo que, a atividade

conceda ao agricultor uma margem de retorno aceitável e satisfatória. Pois, administrar os custos é a “fórmula mágica” de o pequeno produtor rural manter-se agricultando a terra.

O Custeio Variável torna-se um método indicado para este estudo, visto que facilita o tempo e o trabalho despendido, e gerencialmente ele é mais eficiente, pois, permite maior controle dos custos fixos, por se apresentarem separadamente na DRE, e apura os custos da produção que podem ser comparados em bases unitárias, independentemente do seu volume. Ainda que, se compreenda que o Custeio Variável, não obedeça, rigidamente, os princípios contábeis, principalmente o Princípio da Competência e o da Confrontação da Receita com os Custos, razão pela qual não é aceito pelo Fisco, no entanto, gerencialmente, este método demonstra-se muito eficiente.

E no que diz respeito à prestação de contas ao Fisco, o produtor rural poderá, no final do período, ajustar seus resultados, de forma que venha atender as exigências fiscais, pois a médio e longo prazo, os resultados apurados pelo custeio variável, tendem a se igualar àqueles obtidos pelo método de custeio por absorção.

3.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Considerando os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, foi levantado o inventário de todos os bens, direitos e deveres da Propriedade Lemes de Souza. Também apresentado neste estudo, em forma de relatório contábil, BP, bem como, os custos e receitas resultantes da safra evidenciados na DRE. Os custos variáveis diretos na formação da lavoura tiveram um tratamento bem mais detalhado, ilustrados numa planilha abaixo.

Ficou demonstrado o consumo dos custos variáveis diretos da formação da lavoura de soja 2007/2008, levando-se em consideração, o resultado da produção efetivamente colhida, que foi de 1.775 sacas de soja, e outro resultado, simulado em relação ao montante, que se esperava ter colhido. Estimou-se essa produção esperada, com base no cálculo de safras anteriormente colhidas na mesma área fundiária, cerca de 900 sacas a mais. Sendo que esperava-se uma safra com aproximadamente 2.675 sacas de soja. Julga-se que a quebra da produção ocorreu devido ao fator climático, falta de chuva em tempo oportuno, e mudança de variedade de semente, ou outras causas hipotéticas.

TABELA 3 – CONSUMO DIRETO DA LAVOURA DE SOJA 2007/2008: SAFRA REALIZADA E ESTIMADA

TABELA 1 - CONSUMO DA SAFRA DE SOJA 2007/2008					
Insumos	UNIDADE	QUANT/UN/HA	AREA (HA)	TOTAL (R\$)	
Sementes					R\$ 2.137,50
Sementes	SACA	2,5	R\$ 45,00	19	R\$ 2.137,50
Adbos e Fertilizantes					R\$ 9.120,00
Adbos de Base	SACA	10	R\$ 42,00	19	R\$ 7.980,00
Calcário	TONELADA	1,00	R\$ 60,00	19	R\$ 1.140,00
Tramentos Flor/Vagem/Semente					R\$ 4.666,00
Tramento Semente	LITRO	0,21	R\$ 80,00	19	R\$ 320,00
Priore Extra - Tratamento Flor	LITRO	0,71	R\$ 130,00	19	R\$ 1.756,17
Priore Extra - Tratamento Vagem	LITRO	0,71	R\$ 130,00	19	R\$ 1.753,83
Adesivo Espalhante - Nimbus (2 Demão)	LITRO	4	R\$ 11,00	19	R\$ 836,00
Defensivos					R\$ 4.010,05
Handup - Limpeza (2 Demão)	LITRO	10	R\$ 10,00	19	R\$ 1.900,00
Inseticida - Ortênia (3 Demão)	KILOGRAMA	1,00	R\$ 111,00	19	R\$ 2.110,05
Consumo Formação Soja					R\$ 19.933,55
Custo com Máquina Própria					R\$ 2.155,00
Mao-de-Obra P/ Plantio (Máq. Próp)	HORA	2,11	R\$ 6,25	19	R\$ 250,00
Diesel p/ Plantio	HORA	2,11	R\$ 18,00	19	R\$ 720,00
Depreciação Plantio (Máq. Próp)	HORA	2,11	R\$ 29,63	19	R\$ 1.185,00
Custo Máquinas de Terceiros					R\$ 900,00
Custo 1ª Pulverização (4 Demão)	TANQUE	0,84	R\$ 56,25	19	R\$ 900,00
Custo Total Máquina					R\$ 3.055,00
Total Custos Diretos Cultura Formada					R\$ 22.988,55
Custo Colheita					R\$ 7.089,00
Custo Colh/Transp (6% Safra)	SACA	5,37	R\$ 41,70	19	R\$ 4.253,40
Compl Pg C/ Mao-de-Obra (4% Safra)	SACA	3,58	R\$ 41,70	19	R\$ 2.835,60
Total Custos Diretos Safra Colhida					R\$ 30.077,55
Custo Un Alqueire Soja Realiz/Colhido	ALQUEIRE	19	R\$ 30.077,55		R\$ 1.583,03
Custo Un p/ Saca de Soja Realiz/Colhido	SACA	1775	R\$ 30.077,55		R\$ 16,95
Simulação Safra Estimada 2007/2008 - com Base na Produção de Safras Anteriores					
Total Custos Diretos Cultura Formada					R\$ 22.988,55
Custos Colheita e Transp. Safra Estim.					
Custo Colh/Transp (6% Safra)	SACA	8,45	R\$ 41,70	19	R\$ 2.439,45
Compl Pg c/ Mao-de-Obra (4% Safra)	SACA	5,63	R\$ 41,70	19	R\$ 1.626,30
Total Custos Colh/Transp Safra Estim.					R\$ 4.065,75
Total Custos Diretos Safra Estimada					R\$ 34.143,30
Custo Un Alqueire Soja Estim/Colhido	ALQUEIRE	19	R\$ 34.143,30		R\$ 1.797,02
Custo Un p/ Saca de Soja Estim/Colhido	SACA	2675	R\$ 34.143,30		R\$ 12,76

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Após a apuração dos custos totais da lavoura, foi revelado o custo unitário de cada saca de soja colhida, R\$ 16,95 foi o custo de produção da saca de soja, efetivamente colhida. Apesar da safra, do ano em estudo, ter apresentado acentuada queda na produção, aproximando-se a 900 sacas de soja em relação à produção esperada, foi calculado como ficaria o resultado e os índices se inexistisse essa frustração de safra. O custo para produzir cada saca de soja seria de R\$ 12,76.

Apesar da frustração da safra, a atividade não apresentou prejuízo, visto apresentar uma forma prudente de gerir os custos da propriedade. Os custos de maiores monta são os variáveis, são eles os que consomem a maior porção dos recursos empregados. Já os custos fixos, representam uma participação pequena, na formação dos custos finais, e dentro de

certos limites, estes custos fixos são independentes do volume produzido, ou seja, eles vão existir na mesma grandeza, embora a produção oscile para mais ou para menos, salvo há bruscas alterações de estrutura.

3.2.1 Apresentação do Balancete Contábil – Grupo Estoques

A contabilização dos custos da cultura temporária realizada está demonstrada no balancete de verificação, podendo ser acompanhado toda a movimentação da contas em cada fase da formação da lavoura.

DEMONSTRAÇÃO 1 – BALANCETE DE VERIFICAÇÃO – GRUPO ESTOQUES

Balancete de Verificação				
Período: 1/7/2007 a 25/4/2008				
S Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
S 1.1.03 ESTOQUES	0,00	104.677,20	72.579,65	32.097,55
S 1.1.03.01 ESTOQUES DE INSUMOS	0,00	21.533,55	19.513,55	2.020,00
1.1.03.01.01 Adubos e Fertilizantes	0,00	8.820,00	7.980,00	840,00
1.1.03.01.01 Combustíveis	0,00	1.800,00	720,00	1.080,00
1.1.03.01.01 Inseticida - Ortênia	0,00	2.110,05	2.110,05	0,00
1.1.03.01.01 Roundup	0,00	2.000,00	1.900,00	100,00
1.1.03.01.01 Sementes	0,00	2.137,50	2.137,50	0,00
1.1.03.01.01 Tratamentos - Semente/Flor/Vagem	0,00	4.666,00	4.666,00	0,00
S 1.1.03.02 CULTURA TEMPORÁRIA EM FORMACAO - SOJA	0,00	19.933,55	19.933,55	0,00
1.1.03.02.01 Adubos e Fertilizantes	0,00	7.980,00	7.980,00	0,00
1.1.03.02.01 Calcário	0,00	1.140,00	1.140,00	0,00
1.1.03.02.01 Ortênia	0,00	2.110,05	2.110,05	0,00
1.1.03.02.01 Roundup	0,00	1.900,00	1.900,00	0,00
1.1.03.02.01 Sementes	0,00	2.137,50	2.137,50	0,00
1.1.03.02.01 Tratamentos - Semente/Flor/Vagem	0,00	4.666,00	4.666,00	0,00
S 1.1.03.03 CUSTO MAQUINÁRIO PLANTIO - SOJA	0,00	3.055,00	3.055,00	0,00
1.1.03.03.01 Combustíveis e Lubrificantes	0,00	720,00	720,00	0,00
1.1.03.03.01 Custo Máq. Terceiros - Pulverização	0,00	900,00	900,00	0,00
1.1.03.03.01 Depreciação máquinas	0,00	1.185,00	1.185,00	0,00
1.1.03.03.01 Mão-de-obra - plantio soja	0,00	250,00	250,00	0,00
S 1.1.03.05 CULTURA TEMPORÁRIA FORMADA - SOJA	0,00	22.988,55	22.988,55	0,00
1.1.03.05.01 Lavoura de Soja Formada	0,00	22.988,55	22.988,55	0,00
S 1.1.03.07 COLHEITA - SOJA	0,00	7.089,00	7.089,00	0,00
1.1.03.07.01 Custo Colheita/Transp. Soja - Máq. Terceiros 6%	0,00	4.253,40	4.253,40	0,00
1.1.03.07.02 Custo Colheita/Transp. Soja - Mão-de-Obra 4%	0,00	2.835,60	2.835,60	0,00
S 1.1.03.08 PRODUTO COLHIDO	0,00	30.077,55	0,00	30.077,55
1.1.03.08.01 Soja em Depósito COAMO	0,00	30.077,55	0,00	30.077,55

Fonte: Dados da Pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Através deste relatório, é possível o produtor rural acompanhar os lançamentos de custos da lavoura em cada fase do cultivo. Possibilita controlar seus estoques de insumos e apurar os custos de cada etapa do cultivo. Tendo o valor de todo custo da produção no

término da colheita no valor de R\$ 30.077,55. Este será o custo que vai para a DRE no momento da venda da produção.

A seguir apresenta-se o Balanço Patrimonial Inicial e Final, com apuração conforme o encerramento da safra de soja 2007/2008. No final do mês de Abril de 2008, espaço de tempo, onde ocorreram todas as transações: plantio, colheita, venda da produção, pagamentos de compromissos e novos investimentos. Serão expostas as Demonstrações Contábeis, o Balanço Patrimonial, e tal como a planilha de custo, que demonstrou a simulação da safra estimada, será apresentada a DRE e as análises da safra realizada e estimada.

DEMONSTRAÇÃO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL

LEMES DE SOUZA - AGRICULTURA			Período: 01/10/2007 a 30/04/2008				
BALANÇO PATRIMONIAL							
	INICIAL	FINAL	VARIAÇÃO		INICIAL	FINAL	VARIAÇÃO
ATIVO	1.135.085,31	1.157.963,73	22.878,42	PASSIVO	1.135.085,31	1.157.963,73	22.878,42
ATIVO CIRCULANTE	0,00	28.825,42	28.825,42	PASSIVO CIRCULANTE	26.075,01	6.528,05	(19.546,96)
DISPONIBILIDADES	0,00	26.805,42	26.805,42	EMPRESIMOS	26.075,01	0,00	(26.075,01)
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	26.805,42	26.805,42	FINANCIAMENTOS BANCARIOS	26.075,01	0,00	(26.075,01)
Banco do Brasil S/A	0,00	26.805,42	26.805,42	Banco Itau	10.044,77	0,00	(10.044,77)
ESTOQUES	0,00	2.020,00	2.020,00	Banco Votorantim	16.030,24	2.274,65	(13.755,59)
ESTOQUES DE INSUMOS	0,00	2.020,00	2.020,00	CONTAS A PAGAR	0,00	4.253,40	4.253,40
Aubos e Fertilizantes	0,00	840,00	840,00	CONTAS A PAGAR - SAFRA	0,00	4.253,40	4.253,40
Combustíveis	0,00	1.080,00	1.080,00	Titulos a Pagar a Terceiros	0,00	4.253,40	4.253,40
Roundup	0,00	100,00	100,00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	72.444,54	72.444,54	0,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	71.822,00	46.200,00	(25.622,00)	OBRIGACOES A LONGO PRAZO	72.444,54	72.444,54	0,00
CRÉDITOS A REALIZAR	71.822,00	46.200,00	(25.622,00)	FINANCIAMENTOS BANCARIOS	78.456,00	78.456,00	0,00
EMPRESIMOS A TERCEIROS	71.822,00	46.200,00	(25.622,00)	Banco Votorantim	37.975,01	37.975,01	0,00
Empréstimo de Soja a Terceiros	74.252,00	55.000,00	(19.252,00)	Financiamento Banco Itau	40.480,99	40.480,99	0,00
(-) Juros s/ Empréstimos a Terceiros	(2.430,00)	(8.800,00)	(6.370,00)	(-) JUROS S/ FINANC BANCARIOS - L P	(6.011,46)	(6.011,46)	0,00
ATIVO PERMANENTE	1.063.263,31	1.082.938,31	19.675,00	(-) Juros Banco Itau	(3.014,54)	(3.014,54)	0,00
ATIVO IMOBILIZADO	1.063.263,31	1.082.938,31	19.675,00	(-) Juros Banco Votorantim	(2.996,92)	(2.996,92)	0,00
IMOBILIZADO	1.060.983,31	1.082.983,31	22.000,00	PATRIMONIO LIQUIDO	1.036.565,76	1.078.991,14	42.425,38
TERRENOS	760.000,00	782.000,00	22.000,00	CAPITAL REALIZADO	90.000,00	90.000,00	0,00
Terreno Moradia	90.000,00	90.000,00	0,00	CAPITAL SUBSCRITO	90.000,00	90.000,00	0,00
Terrenos C/ Reservas Nativas	100.000,00	100.000,00	0,00	Capital Social	90.000,00	90.000,00	0,00
Terrenos Cultiváveis	570.000,00	592.000,00	22.000,00	LUCRO OU PREJUZO ACUMULADO	946.565,76	988.991,14	42.425,38
INFRA-ESTRUTURA	51.340,00	51.340,00	0,00	Lucro do Exercício	0,00	42.343,79	42.343,79
Aparelho de Telefonia Celular/ antenas	1.200,00	1.200,00	0,00				
Benefitorias e Instalações	18.740,00	18.740,00	0,00				
Computadores/Impressoras	1.400,00	1.400,00	0,00				
Moradia	30.000,00	30.000,00	0,00				
MÁQUINAS AGRÍCOLAS	150.000,00	150.000,00	0,00				
Trator - Jonh Deere	150.000,00	150.000,00	0,00				
VEICULOS	11.000,00	11.000,00	0,00				
Veiculos	11.000,00	11.000,00	0,00				
APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTAS	88.643,31	88.643,31	0,00				
Escalficador - Stara	7.000,00	7.000,00	0,00				
Implementos Agrícolas	2.500,00	2.500,00	0,00				
Plantadeira - Jonh Deere	79.143,31	79.143,31	0,00				
(-)DEPRECIACOES ACUMULADAS	0,00	(1.185,00)	(1.185,00)				
(-) Depreciacao s/ Máq. Agrícolas	0,00	(1.185,00)	(1.185,00)				
DIFERIDO	2.280,00	1.140,00	(1.140,00)				
Calcário	2.280,00	1.140,00	(1.140,00)				

Fonte: Dados da Pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

3.2.2 Apresentação da Demonstração de Resultado do Exercício

Este trabalho teve cunho gerencial, deste modo, foi desprezado o encerramento do ano fiscal (31/12) para apuração da DRE e do BP, uma vez que gerencialmente é viável apurar o resultado, logo após o término do exercício laboral.

Na safra estimada, houve uma frustração de cerca de 900 sacas de produção, e afetou diretamente o lucro. Tem-se a expectativa de uma safra cheia, mas nem sempre isso é uma premissa verdadeira.

DEMONSTRAÇÃO 3 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

LEMES DE SOUZA - AGRICULTURA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
PERÍODO	1/10/2007 a 30/04/2008	
	REALIZADO	ESTIMADO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	73.876,37	112.396,37
Receita Bruta Venda - Soja	73.876,37	112.396,37
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.604,57)	(2.490,53)
Funrural	(1.604,57)	(2.490,53)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	72.271,80	109.905,84
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(30.077,55)	(34.143,20)
Custo Produto Vendido - Soja	(30.077,55)	(34.143,20)
LUCRO BRUTO	42.194,25	75.762,64
DESPESAS OPERACIONAIS	149,54	1.775,74
ADMINISTRATIVAS	(7.150,00)	(7.150,00)
Pro-Labore	(5.000,00)	(5.000,00)
Combustives/Lubríf	(500,00)	(500,00)
Manutencao de Veiculos	(250,00)	(250,00)
Material de Consumo	(1.400,00)	(1.400,00)
DESPESAS FINANCEIRAS	(4.322,66)	(4.322,66)
Juros Pagos s/ Financiamentos	(4.322,66)	(4.322,66)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(580,00)	(580,00)
Escrituracao Terrenos	(580,00)	(580,00)
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	5.116,60	5.116,60
Juros Recebidos s/ Empréstimos	5.116,60	5.116,60
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	7.085,60	8.711,80
Receita Servicos Prestados - Motorista	5.085,60	6.711,80
Receita Venda Lenha	2.000,00	2.000,00
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	42.343,79	77.538,38
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.343,79	77.538,38

Fonte: Dados da Pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Notas explicativas sobre a DRE:

- O valor da safra realizada refere-se à produção efetivamente colhida, ou seja, 1.775 sacas de soja.

- O valor da safra estimada refere-se à produção baseada na média de sacas colhidas em anos anteriores na mesma área de terra, cerca de 2.675 sacas.

- As Despesas Financeiras são correspondentes aos Financiamentos de Maquinários; e as Receitas Financeiras são oriundas de Empréstimos a Terceiros.

- Outras Receitas Operacionais: Serviços - corresponde a serviços prestados, como: mão-de-obra empregada no trabalho de motorista do caminhão de terceiros no transporte da safra;

- Receitas Eventuais – venda de lenha extraída da propriedade.

3.3 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA LEMES DE SOUZA

Apresentação dos indicadores econômico-financeiros da propriedade, de Liquidez, de Endividamento e de Rentabilidade, comparando-os com índices-padrão do Setor Agropecuário, e correlacionado também os indicadores de resultado da safra estimada, como será demonstrado no quadro abaixo:

3.3.1 Situação Financeira: Indicadores de Liquidez

São quatro os índices de Liquidez. Porém, entendeu-se relevante a análises de três índices, apenas. O índice de Liquidez Seca relaciona-se com a conta “Estoques”, e na atividade agrícola os estoques em si, não são comercializados; embora ele dê condições para a existência da safra seguinte, há que se cultivar para comercializar. Porém, se deixar de analisar este índice, perde-se a informação de quanto há em valores que se transformarão em dinheiro, sem depender do cultivo seguinte. Já, o índice de Liquidez Imediata, por relacionar a liquidez com os compromissos, sem considerar seus prazos, imputou-se pouco relevante para este estudo.

TABELA 4 – DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ

DEFINIÇÃO DOS ÍNDICES	FÓRMULAS	ÍNDICES SAFRA REALIZADA	ÍNDICES-PADRÃO SETOR AGROP.
1. Liquidez Corrente	$\frac{(AC)}{(PC)}$	4,41	1,36
2. Liquidez Seca	$\frac{(AC - Est)}{(P C)}$	4,10	0,40
3. Liquidez Geral	$\frac{(AC+ARLP)}{(PC+PELP)}$	0,89	0,94

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

3.3.1.1 Liquidez Corrente

O objetivo da Liquidez Corrente é verificar a capacidade de pagamento dos valores de curto prazo. O índice de liquidez corrente mostra que para cada um real de dívida, em curto prazo a propriedade tem R\$ 4,41 de recursos disponíveis. Ela tem condições de cumprir com todas as obrigações correntes, ou seja, num prazo menor que um ano, e dispõe ainda de uma folga de 3,41 para cada 1,00 da dívida, a curto prazo. Valor bem superior que o indicador padrão. Sempre que este indicador for superior a R\$ 1,00, significa dizer que a situação financeira é cômoda em relação aos compromissos de curto prazo. Ressaltando que uma avaliação conclusiva deste indicador depende, todavia, da qualidade em realização dos ativos da empresa, ou seja, da capacidade de realização que os ativos circulantes possuem.

3.3.1.2 Liquidez Seca

Na agricultura, há que se ter cautela na análise de Liquidez Seca que refere-se aos “Estoques”. Refere-se à capacidade da propriedade em pagar seus compromissos em curto prazo, porém exclui os estoques do ativo circulante do cálculo. Torna-se útil saber a Liquidez Seca para a avaliação dos demais índices. Este índice mostra que para cada um real de dívida, a curto prazo tem R\$ 4,10 de Liquidez Seca. Quando analisado o indicador padrão do Setor em comparação, que é de R\$ 0,40, bem abaixo de R\$ 1,00, não se pode afirmar que este

indicador é desfavorável ao empreendimento, pelo mesmo motivo existente em relação ao tratamento específico da conta “Estoques”. Entende-se esta questão da formação e da capacidade de realização dos estoques, na agricultura, tem sua maneira peculiar de serem abordados na análise deste índice, devido à conta “Estoque”.

3.3.1.3 Liquidez Geral

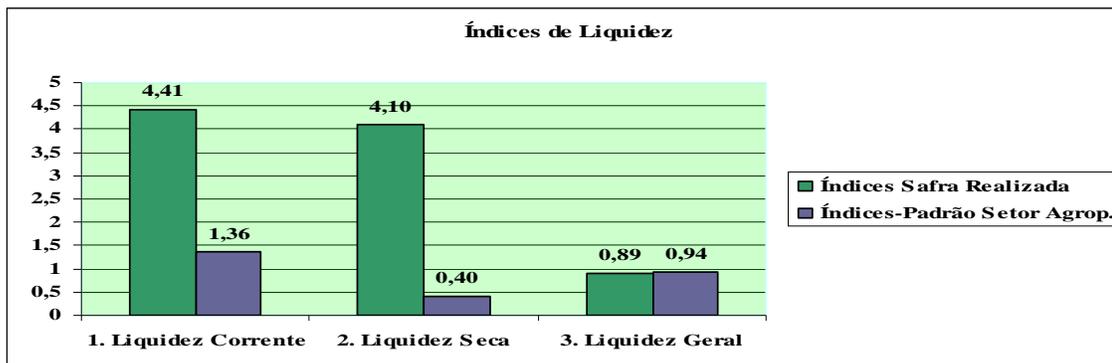
A Liquidez Geral tem a competência de medir a capacidade de pagamento que a propriedade possui, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro, a Curto e a Longo Prazo, sem mencionar os prazos de vencimentos, relaciona-se com todas as dívidas assumidas - Curto e Longo Prazo.

Através da análise deste índice, percebe-se que para cada real de dívidas gerais, a propriedade dispõe de R\$ 0,89 de recursos totais para honrar todos seus compromissos, envolvendo valores a curto e longo prazo. Tem sido adotada uma política de prudência em relação aos compromissos financeiros assumidos. Nota-se o equilíbrio das contas ativas e passivas. Os compromissos são assumidos mediante a perspectiva de condições da realização de receita. O indicador padrão do setor agropecuário, ora conexo, tem seu índice de R\$ 0,94. Este indicador tendo o valor menor que R 1,00 significa dizer que a liquidez disponível não seria suficiente para cobrir as dívidas assumidas, caso cessasse as atividades, a menos que recorresse ao Patrimônio dos Sócios. Na apreciação de vários períodos consecutivos, este índice apresentará mais idoneidade ao demonstrar o poder de pagamento da propriedade, se ele tende a ganhar ou perder este poder.

Normalmente se diz que quanto maior for este índice, melhor. Entretanto, há que se tomar cuidado, pois excesso de liquidez pode significar capitais não aplicados, e com isso, implicar em baixa rentabilidade. Manter os índices baixos nem sempre significa uma situação desfavorável. Pode expressar rígida política em relação ao disponível, uma vez que, valores monetários mantidos em caixa ou mesmo em aplicação bancária, não são garantia de retorno econômico.

Na seqüência o gráfico evidencia a comparação dos Índices de Liquidez ora comentados.

GRÁFICO 2 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE LIQUIDEZ



Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

3.3.2 Situação de Estrutura: Indicadores de Endividamento

Os indicadores de Endividamento indicam o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Far-se-á, portanto, a análise da proporção dos recursos totais financiados por terceiros.

TABELA 5 – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

DEFINIÇÃO DOS ÍNDICES	FÓRMULAS	ÍNDICES SAFRA REALIZADA	ÍNDICES-PADRÃO SETOR AGROP.
4. Composição Endividamento	$\frac{(PC)}{(PC + PELP)}$	0,08	0,54
5. Participação Cap. de Terc. S/ Recursos Totais	$\frac{(PC + PELP)}{(PA)}$	0,07	1,12

Fonte: Dados da pesquisa Propriedade Lemes de Souza (2008).

3.3.2.1 Composição do Endividamento

O índice de composição do endividamento refere-se à qualidade da dívida, ou seja, aos vencimentos dos recursos tomados. O índice de endividamento da propriedade indica que para cada R\$ 1,00 de dívidas totais existem R\$ 0,08 de obrigações vencíveis, a curto prazo, isto é, cerca de 8% do total dos capitais tomados de terceiros a propriedade terá de repor a curto

prazo. Essa situação é considerada favorável, pois, conclui-se que, o índice revela uma ótima qualidade das dívidas assumidas, já que 92% dos recursos tomados de terceiros tem seus vencimentos a longo prazo. O indicador padrão do Setor agropecuário está um pouco acima, 54% a curto prazo. Significando que, mais da metade das dívidas são a curto prazo, ou seja, a exigibilidade dos compromissos assumidos não é considerada ótima, visto que, maior parcela das dívidas tem vencimentos a curto prazo.

3.3.2.2 Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios

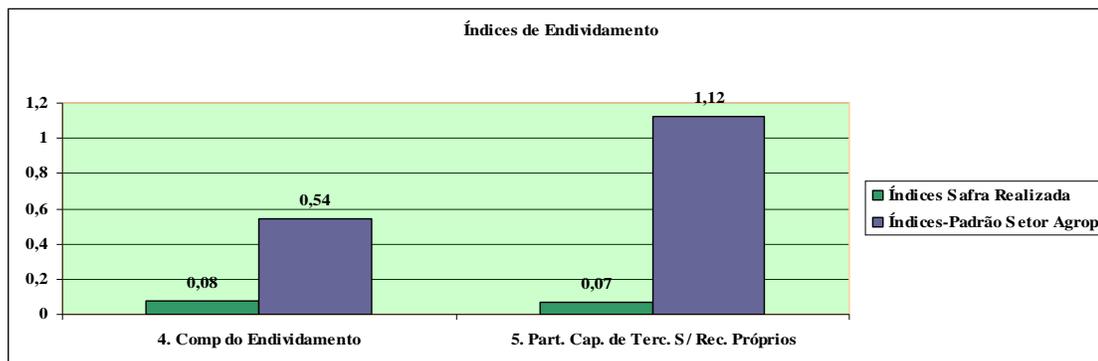
Este índice refere-se à quantidade de recursos externos, e aponta, à proporção que há entre o capital próprio e o capital de terceiros; quanto maior for o capital próprio, maior segurança haverá para os credores que emprestam capital para a entidade.

Na análise deste índice de participação de capital de terceiros da propriedade, aponta para cada R\$ 1,00 de capital aplicado, apenas R\$ 0,07 são oriundos de capitais de terceiros, demonstrando que o capital próprio é bem superior ao capital de terceiros, oferecendo grande tranquilidade naquilo que tange a dívidas com eles. De todo o Patrimônio existente, 93% pertence ao proprietário e apenas 7% está comprometido com credores. Cabe a administração financeira analisar e comparar este índice com outros períodos da própria propriedade e assim, verificar a adequada disposição do grau de endividamento do negócio.

Diferentemente do indicador padrão do Setor Agropecuário, que é de R\$ 1,12, o indicador, neste caso, reporta a uma situação desfavorável, pois revela que se deve R\$ 0,12 além daquilo que possui contabilizado. Vale ressaltar que, teoricamente, os índices de endividamento quanto menor, melhor para a empresa.

Ilustrado no gráfico abaixo tais índices comentados.

GRÁFICO 3 – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO



Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

3.3.3 Situação Econômica: Indicadores de Rentabilidade

Estes índices voltam-se aos aspectos econômicos da propriedade e ao seu potencial de gerar resultados. A atenção maior se concentra na DRE. O objetivo é avaliar os rendimentos obtidos na propriedade no período do estudo (10/2007 a 04/2008), incluindo a safra de soja e todas as outras movimentações, que ocorreram no decorrer do andamento. Os índices foram mensurados em relação às receitas na venda da produção e outros rendimentos obtidos. Relacionam, em sua análise, o lucro líquido, o ativo total e o patrimônio líquido. A relação que há com o lucro líquido, refere-se ao ganho alcançado no exercício incorrido; com ativo, indica o retorno do lucro líquido sobre o ativo total; e com patrimônio líquido, mede o retorno obtido sobre o investimento efetuado pelo proprietário.

TABELA 6 – INDICADORES DE RENTABILIDADE

DEFINIÇÃO DOS ÍNDICES	FÓRMULAS	ÍNDICES REALIZADOS	ÍNDICES ESTIMADOS	ÍNDICES-PADRÃO SETOR AGROP.
6. Rentabilidade do Ativo ou Taxa de Retorno s/ Investimentos (TRI)	$\frac{(LLE)}{(AT\ Total) \times 100\%}$	3,66%	6,36%	2,00 %
7. Rentabilidade do PL ou Taxa de Retorno s/ P L (TRPL)	$\frac{(LLE)}{(PL) \times 100\%}$	3,92 %	6,95 %	4,00 %
8. Rentabilidade das Vendas	$\frac{(LLE)}{(Vendas) \times 100\%}$	58,59%	68,99 %	1 %

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

3.3.3.1 Rentabilidade do Ativo ou Taxa de Retorno Sobre Investimentos (TRI)

Este índice representa a taxa de retorno sobre o investimento (TRI). A margem de lucro, o giro do ativo, a eficiência com que a propriedade utiliza seus Ativos, com o objetivo de gerar rentabilidade, ou seja, o poder de ganho. O índice de rentabilidade, ou seja, o poder de ganho da propriedade neste período foi de 3,66%, revelando que, a cada R\$ 100,00 investido, ou seja, aplicado no ativo da propriedade houve uma lucratividade de R\$ 3,66, no período analisado. Já no índice da safra estimada, este indicador aproxima-se do dobro. No resultado que se estimava obter, os custos fixos seriam os mesmos. Os únicos custos a sofrerem alterações seriam os custos de colheita e transportes em relação à diferença colhida, no mais os custos seriam idênticos. Tão logo, o lucro do exercício seria bem superior ao que efetivamente foi alcançado. No indicador padrão do Setor Agropecuário e de 2,00%. Índice bem inferior que o alcançado pela propriedade, neste exercício.

Devido aos altos investimentos, que a atividade do setor agropecuário exige, torna este índice de rentabilidade do ativo, baixo. Mas para entender melhor, a importância deste índice, foi calculado o prazo de retorno do capital total investido, o chamado *payback* do investimento ou tempo de recuperação do capital investido. Assim sendo, verifica-se em quantos anos a propriedade terá duplicado o valor do seu Ativo.

No cálculo do *payback* do Retorno sobre o Ativo, tem os seguintes resultados, portanto:

TABELA 7 – RETORNO SOBRE O ATIVO

Safra Realizada	Safra Estimada
3,66% ano de retorno	6,36% ano de retorno
$100 / 3,66 = \textit{payback} 27,32$ anos	$100 / 6,36 = \textit{payback} 15,72$ anos

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Observa-se que o valor investido no Ativo é bastante alto. E na relação do retorno do investimento que a propriedade alcançou nesta safra, ora analisada, o tempo é de pouco menos de 28 anos. Porém se não houvesse a frustração de safra ocorrida, que montou uma avaria próxima de 900 sacas de soja, ter-se-ia um número de anos de apenas 15,72 anos. Desse modo, demoraria praticamente, a metade do tempo para se reconquistar o valor total

investido no negócio, através do lucro. Razão pela qual é relevante o acompanhamento periódico deste índice, pois um exercício apenas poderá levar a conclusão errônea.

3.3.3.2 Rentabilidade do Patrimônio Líquido ou Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL)

Este indicador mede a remuneração do capital do proprietário (PL) aplicado na propriedade. A rentabilidade do patrimônio líquido corresponde a 3,92%, ou seja, para cada R\$ 100,00 de capital próprio, a propriedade tem retorno de R\$ 3,92 no período analisado. Este valor ficaria R\$ 6,95, caso não existisse a frustração de safra ocorrida. Calcula-se o *payback* para determinar o prazo de retorno desse capital investido pelo produtor rural em sua propriedade.

O *payback* de retorno sobre o capital próprio (Patrimônio Líquido), demonstra os seguintes resultados:

TABELA 8 – RETORNO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Safra Realizada	Safra Estimada
3,92% ano de retorno	6,95% ano de retorno
$100 / 3,92 = \textit{payback}$ 25,51 anos	$100 / 6,95 = \textit{payback}$ 14,39 anos

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Observa-se que o tempo necessário para o retorno sobre o investimento próprio é de pouco mais de 25 anos. Porém, na safra simulada, este índice não alcançaria 15 anos para retornar todo o capital investido por seu proprietário. Por tal razão encontrou-se fundamento e necessidade de simular os custos da safra esperada, mesmo que não tenha sido efetivada; evidenciou que uma variação na produção da safra, pode caracterizar bruscas mudanças no teor das análises.

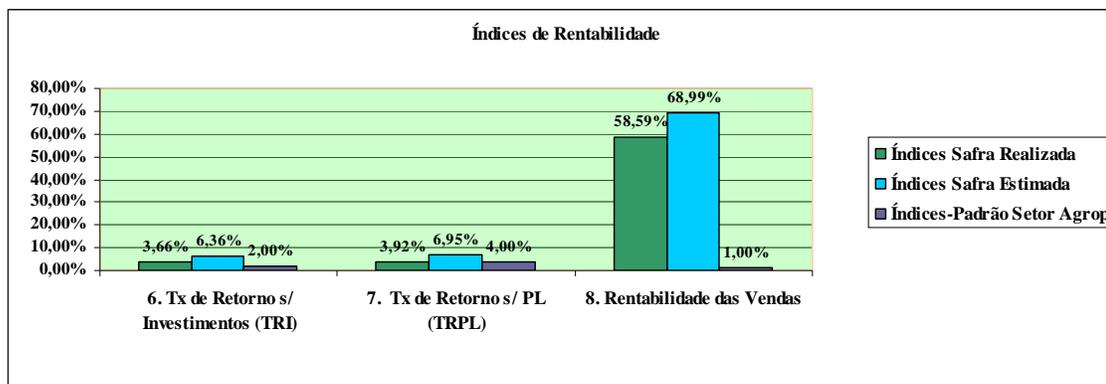
É importante observar que foi deixado de considerar a valorização do capital investido na propriedade, e uma vez que, o setor agrícola tem demonstrado uma crescente valorização monetária no mercado, tanto em relação ao objeto fundiário, quanto aos implementos agrícolas, à reavaliação dos bens poderia auferir um retorno maior dos índices que ora foram abordados.

3.3.3.3 Rentabilidade da Venda/Produção

Este indicador representa o quanto do valor a receita da venda da produção foi lucro. O cálculo deste índice mostra que, a cada real que se realizou, no ato da venda, 58,59% foi lucro líquido. Enquanto na safra estimada, o índice seria de 68,99%. Sabe-se que quanto maior for o índice de rentabilidade, melhor. Já o percentual do índice-padrão do Setor Agropecuário é de 1%. Indicador considerado baixíssimo.

Esse ótimo índice de retorno alcançado pela propriedade é porque ela consegue trabalhar com um custo fixo baixíssimo; e a maior fatia dos custos, foi consumida pelos variáveis diretos. O custo de estrutura é praticamente nulo. Não há funcionários, nem sede administrativa. Maquinários também não representam grandes despesas, são poucos e novos. Logo não ocorrem gastos com manutenção e reparos. A depreciação é baixíssima, e foi usada a taxa para cálculo da depreciação por hora/máquina; contabilizado como custo da produção. Os demais itens não sofreram perda de valor no mercado e, gerencialmente, optou-se por não contabilizar suas depreciações. Vale ressaltar aqui, embora o índice de rentabilidade da propriedade seja alto, trata-se da única safra anual. Logo, se este índice fosse baixo, a propriedade não se sustentaria.

GRÁFICO 4 – INDICADORES DE RENTABILIDADE



Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Na seqüência, foram desenvolvidas outras análises da Propriedade Lemes de Souza, pautadas somente nas demonstrações contábeis da safra 2007/2008 realizada.

3.4 ANÁLISE DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA

Como foi explanada acima, a produção da safra 2007/2008, em análise, foi de 1.775 sacas de soja. Baseado nesta produção procurou-se encontrar a Margem de Contribuição (MC), Ponto de Equilíbrio Contábil (PE) e Margem de Segurança (MS) da safra ora mencionada.

TABELA 9 – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA

CUSTOS	FÓRMULAS	NÚMERO DE SACAS	VALORES EM REAIS
Margem de Contribuição (MC)	Vendas (-) Custos e Desp. Variáveis	0,58	23,77
Ponto de Equilíbrio (PE)	Custos e Desp. Fixos/ MC Unit.	507	20. 645,04
Margem de Segurança (MS)	Vendas (-) Ponto de Equilíbrio	1.268	51.632,96

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Estes conceitos são de fundamental importância quando comparados com outro tipo de cultura, pois propicia visualizar qual produto contribui com maior percentagem na formação do lucro. Margem de Contribuição determina o valor contabilizado dos custos variáveis diretos, e o excedente a isto, é lucro; o Ponto de Equilíbrio refere-se ao montante da produção, tanto em termos monetários quanto em unidades físicas, necessárias para cobrirem as despesas e custos fixos, contabilizando um resultado nulo, sem lucros e nem prejuízos. Já a Margem de Segurança corresponde à percentagem da receita, que efetivamente, ficou para a propriedade, após a cobertura de todas as despesas e custos fixos. É evidente que, quanto maior a margem, melhor.

DEMONSTRAÇÃO 4 – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA

	Total	Unitário
(+) Receita Operacional Líquida	72.271,80	40,72
(-) Custos Variáveis Diretos	(30.077,55)	(16,95)
(=) Margem de Contribuição	42.194,25	23,77
(=) Razão da Contribuição	58,38%	0,58
(-) Custos e Despesas Fixas	(12.052,66)	(6,79)
	Sacas	Reais (R\$)
Ponto de Equilíbrio em Sacas	507,00	20.645,04
Margem de Segurança em Sacas	1.268,00	51.632,96
Total da Safra Colhida	1.775,00	72.278,00

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

Margem de Contribuição é a diferença entre o preço de venda e o Custo Variável de cada saca produzida. Neste indicador, pode ser observado que, a MC unitária que cada saca de soja produzida trouxe, efetivamente, à propriedade foi de R\$ 23,77 por saca, ou seja, esta foi a sobra entre a receita e o custo direto variável consumido. Em valores totais, de R\$ 72.281,80 de Receita Líquida Operacional (já descontado o Funrural: 2,3%), a MC é de R\$ 42.194,25, ou seja, 58,38% de toda a receita estão livres dos custos de produção. Como já foi mencionado, esse raciocínio ganha maior importância quando comparado com outras atividades similares. Canalizar-se-ia todos os esforços para a produção que participasse com maior percentagem de contribuição na formação do lucro.

O Ponto de Equilíbrio, por sua vez, mensura o montante de produção necessária para cobrir todos os custos e as despesas fixos da propriedade. Neste exercício pontual, (safra 2007/2008) foram necessárias 507 sacas de soja, para anular todos os custos e despesas fixos (chamados de custo de estrutura). R\$ 20.645,04 é o valor em reais dos custos diretos variáveis das 507 sacas, mais todos os custos e despesas indiretos fixos. É o momento contábil onde não há lucro, nem prejuízo. Numa média de produção de 100 sacas/alqueire, foi necessário o cultivo de cerca de cinco alqueires de lavoura para cobrir todos os custos fixos de estrutura da propriedade, bem com, os custos diretos variáveis destes cinco alqueires de cultivo da soja.

A Margem de Segurança é a produção excedente ao Ponto de Equilíbrio. Nota-se que a MS da safra referida, foi de 71% da produção total. Das 1775 sacas produzidas, 1268 sacas estão livres dos custos de estrutura. Sabe-se que a agricultura é uma atividade constantemente exposta aos riscos climáticos e flutuações de preços. No entanto, há uma cômoda distância em relação ao PE, produzindo, desse modo, segurança e tranquilidade contra eventuais riscos e avarias de produção.

Como a propriedade sofreu uma frustração de safra, já foi mencionado, de cerca de 900 sacas de soja, baseado em produções anteriores, nem assim houve prejuízos. No entanto, foi a variante preço, que contribuiu para que o resultado fosse satisfatório. O preço de comercialização encontrava-se em ascensão no momento da venda, razão pela qual a safra, ainda, foi rentável.

3.5 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa é uma ferramenta conhecida pela sua competência dinâmica de aferição e interpretação das variações dos saldos do *Disponível*, que permite conhecer o fluxo de caixa e a capacidade de gerar receitas. Explica aonde foi empregado o lucro gerado no período.

A demonstração foi elaborada de forma analítica, mais inteligível possível, visando torná-la uma ferramenta de uso habitual pelo produtor rural. A DFC modelo direto utiliza o conceito de caixa, que é de fácil entendimento pelos usuários de suas informações. Possui um poder informativo bastante superior ao modelo indireto. Evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, e demonstra se haverá sobra ou falta de dinheiro, permitindo ao produtor rural decidir com antecedência, se deverá tomar ou aplicar os recursos.

A DFC é uma ferramenta adequada para a propriedade rural pela simplicidade e eficácia em demonstrar a movimentação do caixa operacional. Ela se preocupa em buscar o equilíbrio entre entradas e saídas de caixa, em avalia a capacidade de pagamento, antes de assumir compromissos e, desse modo, evita negócios mal sucedidos. Outra vantagem é a possibilidade de separação de despesas particulares, que muitas vezes, confundem-se com despesas operacionais, dissimulando o lucro da atividade.

Já, o ponto fraco consiste na expressão somente das receitas e pagamentos efetuados pelo caixa durante o período. Não evidencia adequadamente o desempenho como um todo, pela ausência do regime de competência em seus registros. Justamente por esse motivo, houve a necessidade de se fazer alguns ajustes no Lucro Líquido, obtido na Demonstração do Resultado. É praticamente a comparação de um fluxo econômico com o financeiro. No ajuste, entraram o calcário, a depreciação, e a receita de mão-de-obra própria no cultivo da safra. Nestes casos, não houve desembolso de Caixa, estes gastos, apenas compuseram parte do custo do produto vendido, influenciando o lucro na DRE.

DEMONSTRAÇÃO 5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA¹

LEMES DE SOUZA - AGRICULTURA				
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MODELO DIRETO				
SAFRA 2007/2008				
	01/10/2007	a	30/04/2008	
a) Fluxo de Caixa decorrente das Ativ. Operacionais	Entradas		Saídas	Saldo Ativ. Saldo CX
Receita Venda Líquida Produção	72.271,80			
Receita Outros Serviços Prestados	2.000,00			
Receita Venda de Lenha	2.000,00			
Pagamento a Fornecedores*			(22.433,55)	
Despesa Pró-labore			(5.000,00)	
Despesa Combustíveis			(500,00)	
Despesa Manutenção Veículos			(250,00)	
Despesa Materiais de Consumo			(1.400,00)	
Despesa Tributárias (ITR e Escrit. Terreno)			(580,00)	
Despesa Financeiras			(4.322,66)	
Caixa Líquido Gerado pela Atividade Operacional				41.785,59
Caixa Líquido Total				41.785,59
b) Fluxo de Caixa decorrente das Ativ. Investimentos				
Recebimento de Empréstimos a Terceiros	25.622,00			
Juros Recebidos	5.116,60			
Aquisição de Imobilizado - Terreno			(22.000,00)	
Caixa Líquido Gerado pelos Investimentos				8.738,60
Caixa Líquido Total				50.524,19
c) Fluxo de Caixa decorrente das Ativ. Financeiras				
Financ. Banco Brasil - Custeio Lav/2008	25.000,00			
Pgto Financ. Banco Brasil- Custeio Lav/2008			(25.000,00)	
Pgto Financ. Banco Itau - Plantadeira			(10.044,77)	
Pgto Financ. Banco Votorantin - Trator			(13.674,00)	
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Financeiras				(23.718,77)
Caixa Líquido Total				26.805,42
Total das Origens	132.010,40			
Total das Aplicações			(105.204,98)	
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				26.805,42
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL				26.805,42
Saldo Disponível em 01-10-2007				-
Saldo Disponível em 31-07-2008				26.805,42
<hr/>				
*Conciliação entre o CPV Desembolsado e o CPV Consumido				
Custo Produção Vendida			(30.077,55)	
Estoques Remanescentes			(2.020,00)	
Receita Mão-de-obra Própria - Plantio	250,00			
Receita Mão-de-obra Própria - Transporte	2.835,60			
Fornecedor a pagar (colheita)	4.253,40			
Custo Depreciação	1.185,00			
Amortização de Diferido	1.140,00			
Total Ajuste Custo Produção	9.664,00			
Total Pagamento a Fornecedores			(22.433,55)	

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Lemes de Souza (2008).

¹ Modelo DFC Direta, Marion (2005, p. 230).

A DFC demonstra tudo o que ocorreu no período em termos financeiros, entradas e saídas de dinheiro no Caixa/Banco². Por entender sua importância, achou-se indicado e viável para este estudo, pela sua simplicidade em considerar o fluxo dos recebimentos e pagamentos da propriedade agrícola, controlando, deste modo, ao longo do ano Fiscal, o fluxo de informações monetárias que deverão ser prestadas contas no ano seguinte. Permitindo ao proprietário, organizar-se para atender, inclusive, as exigências externas (bancos e cooperativas) e fiscais, no momento de prestar informações para a Declaração de Ajustes da Pessoa Física Anual, visto que a apuração do resultado agrícola, na Pessoa Física, dá-se à base do Regime de Caixa. Ainda que, gerencialmente, tenha sido empregado o regime de competência, na contabilização dos fatos, o ajuste para o regime de caixa é simples.

3.5.1 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é composta por três categorias: Operacional, Investimentos e Financiamentos:

No resultado gerado pela Atividade Operacional, percebe-se que o Caixa gerado foi através do desempenho da atividade e de outros serviços prestados. Foi suficiente para pagar as despesas operacionais, os juros, os impostos, o pró-labore do produtor-administrador e outros custos fixos da propriedade. E após ter pagado todas as despesas da Atividade Operacional, restou um caixa líquido de R\$ 41.785,59.

No resultado gerado pela Atividade de Investimentos, observa-se a captação de recursos, através de recebimento de empréstimos concebidos a terceiros. E em decorrência de novo investimento, fez-se a utilização de R\$ 22.000,00 do Caixa. Da Ficando com saldo da atividade de Investimento de R\$ 8.738,60; e o caixa geral R\$ 50.524,19.

No resultado gerado pela Atividade de Financiamentos, refere-se aos pagamentos de empréstimos, contraídos em períodos anteriores, para financiamentos de maquinários e custeio operacional da lavoura. Nota-se que houve captação de capitais externos para o custeio da lavoura e houve também o pagamento deste financiamento, encerrando o ciclo. Também houve o pagamento de prestações de imobilizado.

Com a análise destes três grupos que compõem a DFC, foi possível evidenciar que ela ainda conta com liquidez para fazer frente a compromissos circulantes vencíveis no ano em

² Toda a movimentação financeira da Propriedade Lemes de Souza foi efetuada via Conta Corrente Banco do Brasil.

curso. Todavia, a análise da DFC torna-se ainda mais enriquecida com a comparação entre demonstrações de anos anteriores e fluxos projetados.

Para a existência da safra seguinte (2008/2009), far-se-á captação de recursos para aquisição de insumos. Isso não significa uma situação ruim. O custo destes recursos externos é barato, visto ser subsidiado por linhas de créditos especiais para o setor agropecuário. A participação de capitais externos é baixíssima; e como o percentual de lucro é excelente, entende-se que seja viável trabalhar com capital oriundo de terceiros.

A adoção por esta demonstração veio facilitar ao usuário interno (produtor) e externo (bancos, cooperativas e outros), a avaliação da capacidade de pagamento da propriedade. Evidenciando toda a movimentação dos recursos financeiros, as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa deste estudo partiu do anseio do produtor rural, que buscava ferramenta que fosse hábil, capaz de registrar e monitorar o desempenho de sua atividade. Ao avaliar a percepção do agricultor, sobre os benefícios que a Contabilidade Rural agregou, através da contabilização dos fatos e suas respectivas análises, percebeu-se grande satisfação com os resultados obtidos. Foi possível manter um acompanhamento das contas patrimoniais, sejam elas de curto ou longo prazo, bem como das obrigações e, ainda, avaliar o desempenho da produção de soja safra 2007/2008. Em posse das informações geradas através deste estudo, oportunizou-se tirar direções que irão nortear as ações administrativas, na seqüência de sua operacionalidade.

Procurando comprovar a importância da Contabilidade Rural para o processo administrativo da Propriedade Agrícola Lemes de Souza, entende-se que através da implantação da Contabilidade foi possível estabelecer reflexões econômicas sobre o retorno da atividade, das aplicações e de novos investimentos.

As análises feitas abordaram as condições de Liquidez, Endividamento e de Rentabilidade, diz-se que neste momento pontual, a situação econômico-financeira da propriedade é satisfatória. Integrando todas elas, pode-se considerar que sua potencialidade econômica pode, ainda, ser mais bem explorada.

Os índices de Liquidez demonstram uma Situação Financeira de Curto e de Longo Prazo ótima, com capacidade de pagamento de praticamente 100% de suas dívidas com terceiros. E tem-se de outro lado, os índices que revelam o endividamento e a participação Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais, que tornam possíveis assegurar que a propriedade está dentro de uma grande margem de segurança financeira. E a atividade, embora sofrendo avarias, conseguiu manter-se rentável, com o índice de rentabilidade medindo 58,59%, considerado um índice excelente. Embora, perceba-se que a rentabilidade do ativo e patrimônio líquido seja um tanto retraída, seus índices muito próximos dos índices-padrão do setor agropecuário. Pode-se recomendar a avaliação de se expansão financeira com recursos externos. Percebe-se que a margem de risco da capacidade de pagamento é praticamente nula. Tem-se trabalhado, praticamente com o capital próprio, já no setor agropecuário percebe um índice de endividamento bem superior que o da propriedade.

Sabendo que a agricultura tem uma linha especial de créditos para investimentos, faz-se oportuno uma ponderação de viabilidade de operacionalizar a atividade com uso de maior

participação de capitais externos. Ampliando seu alcance operacional, porém mantendo esta estrutura rentável. Nem sempre é ruim trabalhar com capital de terceiros. Desde que a rentabilidade supere os custos do capital externo, ou seja, aumente o volume da produção sem perder a qualidade dos lucros. Porque mais nocivo ao desempenho econômico-financeiro, de qualquer empreendimento, é minimizar suas atividades operacionais por falta de investimentos ou capital de giro.

4.1 LIMITES E SOLUÇÕES ENCONTRADOS NO PRESENTE ESTUDO

Como fatores limitantes nas fases de trabalho deste estudo, foram levantados alguns pontos críticos, limitadores da atuação contábil, bem como, apresentadas soluções para estes gargalos.

4.1.1 Limitações do Trabalho

- A ausência dos registros documentais para os lançamentos contábeis;
- A distância de localização entre as partes interessadas;
- A falta de comparabilidade tendencial dos índices econômico-financeiros.

4.1.2 Soluções Apresentadas

- Arquivamento adequado dos fatos contábeis com abertura de pastas específicas: Custos da Atividade Operacional; Contratos de Empréstimos Concedidos; Financiamentos Bancários; Aquisição de Imobilizado; Receitas com Vendas e Serviços; Outros Custos.

- Periodicamente, estes registros serão contabilizados no Sistema Contábil, (mínimo 01 vez/mês), fazendo uso de *software* específico;

- Simulação de resultado estimado, com base em produção de safras anteriores.

4.2 SUGESTÕES PARA AÇÕES FUTURAS

É possível destacar diversas sugestões para ações futuras. No que tange à contabilidade a mais imprescindível, é que seja dada seqüência da Contabilização Gerencial de todos os fatos econômico-financeiros que ocorram na propriedade. Com isto será formada uma base de dados gerenciais, evidentemente, os resultados nas avaliações das demonstrações contábeis terão mais eficiência e eficácia, visto que todo indicador é um sinalizador tendencial. A seqüência desta prática dará mais segurança nas análises e comparações de desempenhos, entre uma safra e outra, permitindo, assim, ao produtor rural, acompanhar a evolução dos seus indicadores e ainda fazer simulações de resultados futuros com maior confiabilidade.

Quanto ao controle e planejamento do fluxo de caixa, seria relevante à propriedade, um acompanhamento entre a DFC realizada com a DFC projetada; far-se-ia a projeção desta demonstração entre uma safra e a próxima, deste modo, teria a visualização dos recursos necessários para fazer frente aos custos e compromissos futuros. A partir de uma base de dados consistentes, de mais de um período, num estudo específico e aprofundado, propiciará a execução de um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo de atividades e investimentos.

A importância do planejamento estratégico consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas, dentro de cenários e condições preestabelecidas. Em posse do planejamento estratégico, será possível fazer simulações de cenários futuros com previsões pessimista, conservadora e otimista, levando-se em conta duas variáveis: produtividade e preço, por exemplo. Tendo como finalidade atenuar e até modificar os efeitos indesejáveis, cujo setor agrícola está exposto: dependência de clima, incidência de riscos, pragas, flutuações de preços, entre outros. Estimar-se-ia recursos a serem utilizados e canalizariam esforços para atingir os objetivos. Este procedimento traria diretrizes norteadoras nas transações mercantis e de investimentos permanentes.

A atividade agrícola é uma atividade onerosa, e tudo o que está relacionado a este setor demanda de grandes investimentos. Estudo de viabilidade de novos investimentos é recomendável, uma vez que é perceptível o elevado grau da imobilização de capital que a atividade agrícola requer para que ela seja auto-suficiente, naquilo que se refere a sua operacionalidade (terra, máquinas e trabalho). Ressaltando, que a atitude do produtor rural, mesmo sem dispor de auxílio externo profissional, já tem sido acertada, quando ele priorizou

a aquisição de capital fundiário, deixando para um segundo plano a aquisição dos maquinários. Investimentos em máquinas e implementos tornam-se viáveis, se a intenção for à expansão da prática agrícola, mesmo em terras arrendadas, por exemplo. Se assim não for, não é recomendável empregar esforços financeiros em maquinários, dado o tamanho da área fundiária cultivada. Ter-se-ia uma capacidade ociosa destas máquinas, cujos valores de mercado são bastante representativos. Além, de sofrerem perdas de valores, em detrimento à depreciação (uso, tempo, obsolescência) deveria ser levados em conta o Custo Oportunidade³, do montante empregado em máquinas, por exemplo. Embora, se considere que a demanda da necessidade de máquinas para atividade agrícola, na execução das fases da cultura temporária: plantio, pulverização, colheita e transportes, são pontuais e imperativas. Enquanto não dispuser de todos os maquinários necessários, sua atividade estará exposta a um grau maior de riscos, na expectativa de máquinas de terceiros.

Recomendam-se, também, estudos de viabilidade no cultivo de outras culturas temporárias, visto que, a região é propícia às diferentes culturas. Na safra de inverno, por exemplo, por ser uma safra de alto risco, exposta aos fenômenos da natureza, como geadas, chuvas excessivas, granizos, a terra tem sido arrendada a terceiros. Logo, um estudo de viabilidade seria primordial neste caso.

Mesmo que cultivando, apenas, uma safra/ano, é possível concluir que a propriedade agrícola consegue manter-se rentável. Entretanto, se houver uma diversificação nas atividades, de modo que aproveite todos os meses do ano, a tornará, ainda, mais produtiva e lucrativa. O setor agrícola dispõe de uma linha específica de créditos, subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que poderia ser recomendável para alguns investimentos, buscando a diversificação das atividades na propriedade. Para aproveitar ou usar o tempo das entressafras, por exemplo. Em áreas onde não são utilizadas para as culturas de soja, poderiam ser aproveitadas para cultura de algumas espécies de Arboricultura (pomares, florestamento...), ou ainda, desenvolver atividades zootécnicas, como a criação de alguns animais: apicultura, avicultura, piscicultura ou até mesmo atividade leiteira, entre outros adequados à realidade da propriedade. Para tais investimentos, poderiam ser feitos financiamentos a longo prazo, com baixa taxa de juros.

O produtor rural tem sua margem de riscos e prejuízos minimizada, quando ele desenvolve suas ações econômico-financeiras amparadas em estudos de viabilidade e

³ Termo usado para expressar uma alternativa abandonada em função de outro investimento, que estava em alcance, confrontando sua rentabilidade.

estratégia, observando sempre as condições de rentabilidade do seu negócio. Como consumação deste estudo, pode-se dizer que, o objetivo inicialmente proposto, de demonstrar as contribuições da Contabilidade Rural, para administração de propriedades de pequeno porte, foi alcançado. Demanda tempo para sistematizar e planejar a informação contábil, em contra partida, se ganha confiabilidade e segurança no momento de decidir as ações.

Tão logo, se espera que, esta prática, ora aplicada, exceda este trabalho de conclusão de curso, e envolva o usuário referido neste estudo, de tal modo, que a contabilização dos fatos e as análises gerenciais se tornem uma prática constante, no monitoramento do desempenho da agricultura e de outras atividades, que venham a ser desenvolvidas. Se assim for, este trabalho sublimou o seu fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 3. ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBIUS S. de, *et. all.* **Contabilidade Introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Análise de balanços; análise da liquidez e do endividamento; análise do giro; rentabilidade e alavancagem financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

EDWARD, J. Show dos Bilhões: a proteína do campo. **Revista Veja**. Edição Especial v. 2070, n. 29, p. 77-81, julh. 2008.

MARION J. C. **Análises das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade Empresarial. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade e controladoria em agribusiness**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **O fluxo de caixa no setor rural**. Caderno de Estudo, n. 09 – São Paulo – FIPECAFI, Outubro de 1993. Disponível em: [http:// www.marion.pro.br](http://www.marion.pro.br), portal/ Acesso em: 29 Julh. 2008.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: Abordagem Básica e Gerencial. 6^a ed. São Paulo. Atlas, 2003.

NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 14. ed. São Paulo: Frase Editora, 2005.

NUNES, L. A. R. **Manual da monografia**: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

OLIVEIRA, L. M. **Controladoria estratégica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Controladoria estratégia e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. Agronegócio: retratos de um Brasil que dá lucros. **Revista Veja**. Edição Especial, v. 37, n. 30, abril, 2004.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.